



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
– CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL- CEAMB**

GIOVANA DO NASCIMENTO NOVATO SILVA

**A OCUPAÇÃO NO ENTORNO DO PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO
PERIPERI: O CASO DO LOTEAMENTO BAIRRO BRUNO BACELAR EM
VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA**

Vitória da Conquista, BA
Fevereiro de 2024

GIOVANA DO NASCIMENTO NOVATO SILVA

**A OCUPAÇÃO NO ENTORNO DO PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PERIPERI: O
CASO DO LOTEAMENTO BAIRRO BRUNO BACELAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA-
BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Engenharia
Ambiental do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Vitória
da Conquista como requisito parcial para a
obtenção do título de Engenheiro Ambiental.

Orientador: Ione dos Santos Rocha Cabral

S586o Silva, Giovana do Nascimento Novato

A ocupação no entorno do parque municipal da Serra do Periperi: o caso do loteamento bairro Bruno Bacela em Vitória da Conquista- Bahia. / Giovana do Nascimento Novato Silva. -Vitória da Conquista : IFBA, 2024.

55 f.: il.: color.

Orientadora: Ione dos Santos Rocha Cabral

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Engenharia Ambiental - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus de Vitória da Conquista - BA, 2024.

1. Planejamento urbano. 2 Desenvolvimento urbano 3. Crescimento populacional. I. Cabral, Ione dos Santos Rocha. II. Título.

CDD: 711.4098142


GIOVANA DO NASCIMENTO NOVATO SILVA

**A OCUPAÇÃO NO ENTORNO DO PARQUE MUNICIPAL DA SERRA
DO PERIPERI: O CASO DO LOTEAMENTO BAIRRO BRUNO
BACELAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA**


A presente Monografia, apresentada em sessão pública realizada em vinte e oito de fevereiro de 2024, foi avaliada como adequada para obtenção do Grau de Bacharel em Engenharia Ambiental, julgada e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Vitória da Conquista.

Data da Aprovação: 28 de fevereiro de 2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **IONE DOS SANTOS ROCHA CABRAL**
Data: 14/03/2024 19:53:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Ione dos Santos Rocha Cabral
Orientador – IFBA Campus Vitória da Conquista

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO DE AZEVEDO ALVES BRITO**
Data: 13/03/2024 20:17:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando de Azevedo Alves Brito
IFBA Campus Vitória da Conquista

Documento assinado digitalmente
 **NADIA CRISTINA MORAES SAMPAIO GOBIRA**
Data: 13/03/2024 21:01:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira
IFBA Campus Vitória da Conquista

Vitória da Conquista, 28 de fevereiro de 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, foi a Ele que eu recorri em todos os momentos de desespero e angústia. A fé é o que me move, e é por ela que eu cheguei onde cheguei.

Agradeço aos meus pais Neide e Osmano por terem se esforçado e se sacrificado tanto para que eu pudesse ter a vida que eles tanto sonharam pra mim. Agradeço por todo amor e carinho, e pelos puxões de orelha. Dedico a vocês meu amor incondicional. Agradeço meu irmão Gustavo por ser sempre tão atencioso, por ser meu companheiro, amigo e nunca me deixar desistir.

Agradeço à minha vózinha Laura por cuidar de mim todos os dias, e orar sempre para que eu conquiste a vida que sempre almejei. Agradeço aos meus avós Marivalda e Zequinha por todo amor e cuidado que tem comigo. E agradeço meu avô Valdemar (*in memoria*) por sempre se lembrar de mim com tanto carinho em vida.

Agradeço às minhas parceiras de vida Elisa e Yasmin por me proporcionarem tantas risadas e momentos incríveis sempre. E agradeço também a meus tios, tias, primos e primas pelo apoio e amor que dedicaram a mim ao longo de minha vida.

Agradeço à minha orientadora Ione por todo conhecimento compartilhado, por todos os puxões de orelha e todo carinho que dedicou a mim durante o período da graduação. Em especial agradeço pela paciência durante o tcc, foi um dos maiores desafios que já vivi, e o cuidado que tem comigo fez esse percurso ser menos difícil.

Agradeço à minha amiga Dany por segurar minha mão e me ajudar sempre que preciso, por ser uma amizade leve e sem julgamentos. Agradeço à minha amiga Julliete por realizar sonhos ao meu lado. Agradeço às minhas amigas Ana e Bianca por sempre me proporcionarem o sentimento de casa e conforto quando estou com vocês. Agradeço à Cláudio por me arrancar todos os sorrisos sempre. E agradeço à minha panelinha Leticia, André, Herri, Kiara e Daltinho pela oportunidade de crescer juntos.

Agradeço aos meus amigos e colegas de Ambiental Leticia Vitoria, Camila, Hugo, Gabi e Alex que me proporcionaram tantas trocas dentro e fora da faculdade. Agradeço à Prisma e a Cajá por todo conhecimento técnico compartilhado, e pela oportunidade de conhecer além da sala de aula.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho. Essa vitória é de todos nós!

RESUMO

A Ocupação no Entorno do Parque Municipal da Serra do Periperi: O Caso do Loteamento Bairro Bruno Bacelar em Vitória da Conquista-Bahia

As cidades são consideradas espaços de desenvolvimento e tomadas de decisões. No Brasil, o desenvolvimento de cidades está atrelado ao processo migratório e ao êxodo rural, intensificado a partir da década de 50 e elevando as métricas de ocupação urbana. Tal crescimento desenfreado ocasionou impactos negativos aos grandes centros urbanos, como: aumento da criminalidade; aumento da emissão de poluentes; e ocupação desenfreada de locais inadequados para construção. Na cidade de Vitória da Conquista, o loteamento Bruno Bacelar está localizado em uma área limítrofe a unidade de conservação da Serra do Periperi e, portanto, destinado a preservação. A presente pesquisa expõe uma análise deste loteamento, caracterizando o perfil socioeconômico dos moradores e uma avaliação quanto as transformações e impactos da ocupação do solo do loteamento através de uma série histórica de imagens de satélite. Para tais resultados, foi realizada uma pesquisa de campo para coleta de dados e uma análise in loco dos fenômenos do campo de estudo. Conclui-se que há desafios na conciliação entre crescimento urbano e preservação ambiental, logo, suas medidas de mitigação devem considerar tanto aspectos socioeconômicos, quanto aspectos ambientais. Tal estudo serve como base para análises a serem realizadas pelo órgão ambiental em áreas semelhantes, englobando ocupação precária e unidades de conservação ou áreas de preservação.

Palavras-chave: crescimento populacional; desenvolvimento urbano; Bruno Bacelar ; Serra do Periperi, ocupação precária

ABSTRACT

The Occupation Around the Municipal Park of Serra do Periperi: The Case of the Bruno Bacelar Neighborhood Subdivision in Vitória da Conquista, Bahia.

Cities are considered spaces for development and decision-making. In Brazil, the development of cities is linked to the migratory process and rural exodus, intensified since the 1950s, which has increased urban occupation metrics. Such unchecked growth has led to negative impacts on large urban centers, such as increased crime, higher emissions of pollutants, and uncontrolled occupation of unsuitable construction sites. In the city of Vitória da Conquista, the Bruno Bacelar settlement is located in an area adjacent to the conservation unit of Serra do Periperi and, therefore, designated for preservation. This research presents an analysis of this settlement, characterizing the socio-economic profile of its residents and evaluating the transformations and impacts of the settlement's land occupation through a historical series of satellite images. For these results, field research was conducted for data collection and on-site analysis of the phenomena in the study area. It is concluded that there are challenges in reconciling urban growth and environmental preservation; therefore, mitigation measures should consider both socio-economic and environmental aspects. This study serves as a basis for analyses to be carried out by environmental agencies in similar areas, encompassing precarious occupation and conservation units or preservation areas.

Key-words: population growth; urban development; Bruno Bacelar; Serra do Periperi; precarious occupation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta de localização do Loteamento Bruno Bacelar na área urbana de Vitória da Conquista	37
Figura 2: Porcentagem da população autodeclarada preta e parda no Bruno Bacelar	39
Figura 3: Condições precárias de moradias a margem da Serra do Periperi	41
Figura 4: Renda Média da população do Bruno Bacelar em 2010.....	42
Figura 5: Gráfico da projeção da renda média da população do Bruno Bacelar de 2010 - 2023.....	43
Figura 6: Área de estudo no ano de 1985.	45
Figura 7: Área de estudo no ano de 2003.	46
Figura 8: Área de estudo no ano de 2013	47
Figura 9: Área de estudo no ano de 2023	48
Figura 10: Descarte Indevido de Resíduos Sólidos na Margem da Serra do Periperi com o Bruno Bacelar	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados censitários da população autodeclarada preta e parda no Bruno Bacelar	39
Tabela 2: Renda média populacional do loteamento Bruno Bacelar de acordo setor censitário.	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de lotes deferidos pelo poder público municipal para a área da Serra do Periperi	40
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	15
2.1. OBJETIVO GERAL.....	15
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3. METODOLOGIA	15
4. AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO URBANO	16
5. A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA E SUA EXPANSÃO URBANA	20
6. QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS URBANAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA	23
6.1. Uso e Ocupação do Solo.....	24
6.2. Problemática Ambiental Urbana.....	26
7. A SERRA DO PERIPERI: UM LIMITE À URBANIZAÇÃO NA FORMA DE ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	29
7.1. Contexto histórico do desenvolvimento urbano em torno da Serra Do Periperi	29
7.2. A Serra do Periperi como uma Unidade de Conservação municipal da Cidade de Vitória da Conquista	31
7.3. Plano de Manejo da Serra Do Periperi e sua aplicação nos dias atuais	35
8 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA SERRA DO PERIPERI E SEU ENTORNO URBANO	37
8.1. O Loteamento Bruno Barcelar entre a Precariedade Social e a Degradação Ambiental	37
8.2. A progressão temporal do Loteamento Bruno Bacelar junto à Unidade de Conservação do Parque Municipal da Serra do Periperi	44
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CETAS	Centro de Triagem de Animais Silvestres
FEP	Fundação Escola Politécnica da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PDU	Plano Diretor Urbano
PMHP	Plano Municipal de Habitação Popular
PMMA	Política Municipal do Meio Ambiente
PMSP	Parque Municipal da Serra do Periperi
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

1. INTRODUÇÃO

O urbano é avaliado ora como espaço de desenvolvimento, ora como espaço de conflito. As cidades se constituem em principais polos de poder, de tomadas de decisões, de desenvolvimento e de organização de espaços. Ainda que se concentre também a maior gama de problemas locais, tais como criminalidade, poluição, doenças e falta de moradias, e assim, passam a ser locais de planejamento e, concomitantemente, fonte de fragmentação (Benedictis, 2007).

Através do processo histórico do crescimento urbano é possível criar um panorama de como que as diversas razões e tendências, sejam elas de ordem política, econômica, social ou cultural, foram responsáveis pelos diferentes tipos de ocupação e transformação do solo, diante das suas demandas de usos. No contexto das cidades, o que se observa de modo geral, são os níveis de expansão urbana, que ocorreram muitas vezes de forma acelerada e desordenada. No Brasil, esse fato está associado ao processo migratório, que se deu no sentido campo-cidade e se intensificou a partir da década de 50, elevando os índices de ocupação urbana segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE, 2010).

Do ponto de vista social, as consequências do crescimento urbano descontrolado e da habitação irregular são evidenciadas através de fatores como o risco de cheias, inundações, deslizamentos de terra e outros conflitos de graus variados. Por outro lado, esta ocupação também gera impactos socioambientais através do uso ilícito do solo urbano e de formas de ocupação irregulares, que tendem a empurrar o cenário urbano para áreas que visam proteger a diversidade geográfica ali existente (Gomes et.al, 2018).

No cenário social da cidade de Vitória da Conquista, torna-se evidente o constante aumento da população. Devido a sua localização no Sudoeste baiano, a cidade tem presenciado um crescimento no setor comercial e industrial, se tornando assim um pólo de referência entre as demais cidades da região. Portanto, o desenvolvimento da área urbana gera o surgimento de novas residências e conseqüentemente novos aspectos socioambientais inseridos nos diversos bairros do município.

Conforme dados do IBGE (2022), a cidade de Vitória da Conquista, localizada no Sudoeste do Estado da Bahia, possui 343.643 habitantes, no qual cerca de 290 mil habitam a zona urbana, e possui um total territorial de 3.743km². Nesta perspectiva, a cidade leva o título de terceira maior cidade do estado da Bahia devido ao número de habitantes.

Assim sendo, o processo de expansão territorial na cidade se tornou disperso espacialmente, ocupando locais à beira da unidade de conservação do Parque Municipal da Serra do Periperi. Conforme Santos 2015, a serra é uma unidade de conservação integral que

foi criada para prevenir o desmatamento e a degradação ambiental da Mata Atlântica. A serra é considerada um ambiente diverso devido a sua fauna e flora, necessitando assim de um cuidado maior do poder público bem como de toda a população.

Em razão ao crescimento da cidade alguns loteamentos foram formados na serra por ocupação, destruindo assim áreas que deveriam ser preservadas como é o caso do loteamento Bruno Bacelar, no qual residem diversas pessoas de baixa renda. Desta maneira, mudanças ambientais foram surgindo na Serra do Periperi devido a falta de cobertura vegetal, proporcionando assim prejuízos à área.

O loteamento Bruno Bacelar teve seus primeiros indícios de ocupação na década de 80, e teve um crescimento populacional significativo em um curto período de tempo. Em consequência de uma urbanização desordenada, as áreas não loteadas regularmente foram ocupadas de formas irregulares e clandestinas no limiar do Parque Municipal da Serra do Periperi.

No sentido desta temática, o estudo visa analisar o impacto socioambiental da presença do loteamento Bruno Bacelar em Vitória da Conquista, Bahia, próximo ao Parque Municipal da Serra do Periperi. Isso inclui investigar teoricamente a produção do espaço urbano na região, caracterizar o perfil socioeconômico dos moradores do loteamento e analisar as mudanças no solo através de imagens de satélite, considerando questões socioambientais.

A escolha deste recorte de estudo ocorreu devido à localização do loteamento Bruno Bacelar, por se tratar de uma área próxima ao parque municipal, propriamente dito e, portanto, destinado à preservação, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa de análise descritiva, combinando coleta de dados com pesquisa bibliográfica. O estudo explorou questões socioambientais e o processo de expansão populacional no espaço urbano, com foco nos seguintes tópicos: A Serra do Periperi: um limite à urbanização na forma de área de proteção ambiental e o Caracterização geoambiental da Serra do Periperi e seu entorno urbano.

2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

2.1. OBJETIVO GERAL

- Analisar sob a perspectiva socioambiental a presença do loteamento popular Bruno Bacelar na cidade de Vitória da Conquista - Bahia, situado no limite do Parque Municipal da Serra do Periperi.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar teoricamente a produção do espaço urbano de Vitória da conquista, do loteamento Bruno Bacelar, e da área de proteção do Parque Municipal da Serra do Peri Peri;
- Caracterizar o perfil socioeconômico dos moradores do loteamento Bruno Bacelar a partir da renda e sua relação com a ocupação do entorno do Parque Municipal da Serra do Peri Peri;
- Analisar as transformações e os impactos da ocupação do solo do loteamento Bruno Bacelar através da série histórica de imagens de satélite, considerando as questões socioambientais de tal ocupação.

3. METODOLOGIA

Segundo Gil (2010), a metodologia refere-se ao estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, observando seus fundamentos, validade e sua relação com as teorias científicas. Dessa forma, a opção metodológica desta pesquisa baseia-se em uma abordagem quali-quantitativa, com objetivos descritivos, configurando-se como um estudo de caso que se utiliza da análise documental.

De acordo com Creswell (2010), a estratégia de investigação quali-quantitativa é uma abordagem de "métodos mistos", que permite uma compreensão mais completa e profunda do fenômeno em estudo. Ao integrar métodos qualitativos, que se concentram em compreender o significado e o contexto do surgimento do Loteamento Bruno Bacelar, analisando as consequências da ocupação no entorno do parque da serra do periperi , com métodos quantitativos, que se concentram na coleta e análise de dados numéricos referentes a condições socioeconômicas.

A análise de campo descritiva, conforme destacado por Gil (1999), visa principalmente descrever características de uma determinada população, fenômeno ou estabelecer relações entre as variáveis pertinentes. De maneira complementar, Andrade (2002) ressalta que a

pesquisa descritiva concentra-se na observação, registro, análise, classificação e interpretação dos fatos observados. Nesse contexto, a escolha por esta abordagem se justifica pelo objetivo de apresentar uma comparação socioambiental do loteamento Bruno Bacelar, especialmente em relação ao tempo. Portanto, a pesquisa descritiva foi considerada o instrumento mais adequado para fornecer as informações necessárias para alcançar os objetivos propostos neste estudo.

De acordo com Yin (2010), o estudo de caso responde às questões de investigação “porquê” e “como”, o que facilita a compreensão dos fenômenos sociais, pela análise particularizada do contexto situacional. Do ponto de vista de Stake (1978, p. 258), é “um estudo de um sistema delimitado, que dá ênfase à unidade e globalidade desse sistema, mas concentra a atenção nos aspectos que são relevantes para o problema de investigação, num dado tempo”.

A vista disso, caracteriza-se como um estudo de caso devido à sua ênfase na compreensão aprofundada e contextualizada da interação entre os aspectos ambientais e sociais em um contexto específico. Focando em uma área geográfica particular do loteamento Bruno Bacelar, buscando explorar as nuances e complexidades das interações entre o ambiente e a sociedade, integrando dados ambientais e sociais para compreender as realidades locais, incluindo valores comunitários e desafios socioeconômicos. Essa abordagem holística reconhece a interdependência entre o ambiente natural e as práticas humanas, buscando compreender essa relação de forma integrada e holística.

A pesquisa de campo será conduzida para coletar dados e observar fatos e fenômenos em diferentes áreas do campo de estudo, visando compreender sua ocorrência em diferentes intensidades. Essa abordagem será complementada pela pesquisa bibliográfica, permitindo a análise e interpretação dos dados à luz de uma fundamentação teórica consistente e em consonância com a teoria.

A pesquisa será desenvolvida por meio da consulta a artigos científicos disponíveis em bibliotecas virtuais especializadas, que oferecem tanto estudos de pesquisa de campo quanto revisões bibliográficas, além de monografias de graduação, teses de mestrado e doutorado. Isso garantirá uma ampla gama de referências para fundamentar os conceitos já selecionados e enriquecer a análise dos dados coletados.

4. AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO URBANO

O modo do qual a população se apropria da cidade está diretamente ligado à forma como o solo urbano é desenvolvido em todos os seus aspectos. O local onde a população habita e o valor prático deste local, convivem com a ideia de que este espaço também é uma mercadoria, ou seja, tem um valor monetário. O predomínio deste último aspecto ignora tanto as condições

físicas do local urbano quanto o lado social, porque representa a desigualdade na distribuição de renda na paisagem da cidade, onde diferentes classes sociais ocupam e usam o solo de maneiras distintas. Isso acontece porque, embora a produção desse espaço seja um esforço conjunto, a forma como ele é usado e apropriado é desigual entre as pessoas (Gomes, 2010).

Grostein (2001), aborda sobre o avanço da urbanização, sua extensão e velocidade de propagação, sendo um processo crucial para a formação e estabelecimento do município, tendo em vista que a sustentabilidade de áreas urbanas e metropolitanas conecta-se a diversos fatores físico-urbanísticos. Dentre eles é possível citar: a forma como o território é ocupado; a disponibilidade de recursos essenciais para seu funcionamento, como a disponibilidade de água e energia; tratamento e destinação de resíduos; o deslocamento da população dentro do espaço urbano, incluindo a qualidade do transporte público; a oferta e atendimento às necessidades de habitacionais, instalações sociais e serviços para a população, além da qualidade dos espaços públicos.

Desse modo, o espaço urbano é um produto social, resultado de inúmeras ações no tempo. Ele é composto por agentes que o produzem e consomem, contribuindo para sua constante transformação. Estes agentes incluem proprietários fundiários e dos meios de produção, promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos. A ação desses agentes varia de acordo com a dinâmica de acumulação do capital, as relações de produção e os conflitos de classe (Corrêa, 1995).

O espaço urbano, como produto social, é guiado pelo modelo econômico vigente, pautado em um capitalismo financeiro/fictício, onde o processo de produção do espaço urbano segue diretamente a tais lógicas. A produção da área metropolitana é concebida enquanto mercadoria, tornando-se um espaço de exclusão para a parcela da sociedade não possuidora de capital (Chesnais, 2010 apud Silva, 2013). Enquanto alguns grupos sociais e setores da cidade possuem toda a infraestrutura necessária, outros carecem de moradia, saneamento básico, segurança, transporte coletivo, coleta de lixo, entre outros.

Abordar o conceito de espaço urbano se configura como uma tarefa complexa, tendo em vista que cada sociedade o percebe de maneira única, influenciada por suas próprias concepções sociais e culturais. Sob esse viés, na visão de Corrêa,

“O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível, ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que emergem dela. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante

processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade” (Corrêa, 1995, p. 5).

A complexidade da ação dos agentes sociais na reorganização espacial urbana, como cita Corrêa, não apenas influencia as dinâmicas sociais e econômicas, mas também está ligada a questões socioambientais. A incorporação de novas áreas ao espaço urbano, por exemplo, pode resultar na conversão de ecossistemas naturais em áreas urbanizadas, impactando a biodiversidade e o equilíbrio ambiental. Por outro lado, a renovação urbana, enquanto busca revitalizar espaços degradados, pode gerar desafios como o deslocamento de populações vulneráveis trazendo também implicações socioambientais e afetando a acessibilidade a serviços básicos.

A grande concentração de pobreza nas grandes cidades do Brasil se manifesta através de dois tipos de espaços distintos: por um lado, há a área urbana oficial, que recebe a maior parte dos investimentos públicos; por outro lado, existe a área informal, que fica à margem desses investimentos e cresce rapidamente na ilegalidade, agravando as desigualdades sociais e ambientais (Grostein, 2001).

Lima (2017) afirma que, tanto em grandes metrópoles quanto em pequenas cidades, é comum encontrar inúmeros bairros com problemas socioambientais evidentes, especialmente quando localizados em periferias e assentamentos irregulares. O espaço urbano é retrato da estrutura social hierarquizada em classes, as cidades se compõem de forma extremamente desigual e os modos de ocupação do solo assumem caráter de condicionante social, uma vez que a terra se relaciona com as funções, à movimentação e às atividades vinculadas.

O crescimento urbano em larga escala atrelada a dinâmicas sociais gerou uma série de problemas habitacionais e ambientais devido ao intenso êxodo rural, provocado pela centralização de atividades produtivas nas cidades. Essa concentração urbana resultou na ocupação de áreas precárias por famílias provenientes do campo, caracterizadas por falta de infraestrutura, serviços públicos precários e clandestinidade generalizada. Tal fenômeno desencadeou a formação de centros urbanos com uma diversidade marcante de padrões de consumo. Enquanto uma parte da população desfruta de níveis elevados de consumo, a outra mantém padrões mais moderados. Entretanto, uma parcela significativa da sociedade enfrenta dificuldades para atender às suas necessidades básicas, perpetuando disparidades socioeconômicas dentro desses centros urbanos (Tavares Filho, 2017).

O crescimento urbano e populacional acarreta uma série de desafios ambientais e organizacionais. De modo que, a demanda por habitação, infraestrutura, saneamento, serviços de saúde e educação, assim como outros equipamentos, tem crescido de maneira exponencial. Conseqüentemente, à medida que a cidade se expande, observa-se aterramento de córregos e lagoas, desmatamento de encostas e ocupação de margens de rios e áreas naturais. Sob esse viés, a expansão do perímetro urbano para a construção de conjuntos habitacionais, ou mesmo para a regularização de ocupações espontâneas, tornou-se uma realidade prevalente nas cidades brasileiras (Lima, 2019).

Tavares Filho (2017), ressalta que apesar de geralmente ser vista como um obstáculo à preservação ambiental, a periferia, especialmente a população de baixa renda, é considerada "mais ecológica" devido a padrões de consumo inferiores e práticas de reciclagem e reutilização. Contrariando a crença de que a pobreza é a causa da má qualidade ambiental urbana, destaca-se que a verdadeira origem está na desigualdade resultante de fatores econômicos, sociais, políticos e institucionais.

A periferização e ocupação irregular de áreas intra-urbanas geralmente ocorrem em locais desconsiderados pelo mercado imobiliário formal ou sujeitos a restrições, como áreas de proteção ambiental, terrenos propensos a enchentes e encostas de morros, normalmente associados a riscos físicos ou naturais. Esses espaços, que idealmente não deveriam ser ocupados devido a tais motivos, apoiam um crescimento urbano precário e predatório, contribuindo para a criação de zonas de vulnerabilidade ambiental nas cidades (Maricato, 2003).

O somatório do crescimento exponencial da população, modelo de desenvolvimento econômico vigente, junto com questões culturais e a ausência de educação ambiental têm gerado problemas ecológicos que comprometem a capacidade de suporte do planeta (Silva *et al.*, 2006). A migração massiva do campo para as cidades vai ocasionar o crescimento desordenado destas, pois, em especial nos países da América Latina, as cidades não estavam e não estão preparadas para isto. Dessa forma, emergem os problemas socioambientais e os mais diversos tipos de conflitos, devido à grande concentração de pessoas nesse espaço, sem que este esteja preparado (Santos, 2015).

Conforme observado por Caccia *et al* (2017), a expansão das áreas urbanas inevitavelmente acarreta impactos ambientais no ambiente natural. Esses impactos podem ser agravados quando a ocupação ocorre de maneira irregular, desconsiderando as exigências técnicas necessárias para o parcelamento do solo e desrespeitando a capacidade limite do meio físico. Nessas circunstâncias, os impactos se tornam mais significativos, resultando em conseqüências para toda a estrutura urbana.

A percepção ambiental do cidadão, juntamente com o comprometimento dos órgãos municipais em relação às questões ambientais e ao uso racional dos recursos naturais, pode ser determinante na criação de um ambiente urbano sustentável. Portanto, é essencial o planejamento e a aplicação de tecnologias apropriadas com o objetivo de contribuir para o bem-estar individual e coletivo (Evaristo *et al*, 2016).

Dessa forma, a qualidade de vida, em conjunto com a qualidade ambiental urbana e a habitação, assume uma posição de destaque nos campos acadêmico, político, social e cultural, principalmente devido à sua relação intrínseca com questões cruciais relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade urbana (Kran e Ferreira, 2006). A compreensão e abordagem dessas transformações urbanas devem incorporar considerações socioambientais, buscando soluções que promovam a sustentabilidade ambiental e a justiça social nas áreas urbanas em constante evolução.

5. A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA E SUA EXPANSÃO URBANA

O processo de urbanização é uma manifestação histórica concreta de desenvolvimento e mudança social no espaço. Sua interpretação corresponde à análise de como o processo de desenvolvimento se materializa em uma determinada divisão social e territorial do trabalho, que corresponde à constante reorganização da população e da produção no interior do território, que é cada vez mais uma expressão sempre renovada de diferenciação e de estruturas sociais complexas (Gonçalves, 1998, p. 21).

Rocha *et al.* (2008), aponta que o espaço urbano é moldado com a participação ativa dos indivíduos que estão dialeticamente imersos nesse processo. Desta forma, as cidades são constantemente modificadas conforme as novas dinâmicas estabelecidas entre os habitantes e o ambiente ao seu redor, com isso, essas novas interações desempenham um papel crucial na configuração urbana e na construção da cidade.

No que tange a urbanização brasileira Santos (2015), cita que a década de 1930 foi um divisor para a urbanização do Brasil, pois devido a dois fatores ocorridos nesta década, sendo um econômico e outro político, acarretou no crescimento da hegemonia agrário-exportadora começando assim, a predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, sendo eles a grande depressão econômica que se iniciou em 1929 e o golpe de estado em 1930.

A crise econômica resultante da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 proporcionou diversas mudanças para a economia do Brasil, pois é a partir desse marco que a industrialização brasileira é desencadeada. Santos (2014), vem afirmar que a produção industrial cresceu uma

taxa média de 7,96% ao ano, contra um crescimento de 5,88% ao ano na década de 1920. Arelado a isso, ocorreu a diversificação industrial que não ocorria desde os anos 20, pois havia somente o predomínio no crescimento de indústrias voltadas à base agrícola, como a têxtil, alimentícia, de bebidas, fumo, calçados, couros e peles. Porém, neste período ocorreu a expansão de indústrias que não utilizavam matéria-prima agrícola como siderúrgicas, cimenteira, indústria de papel e indústria de pneus (Bacha, 2004).

Adentrando na expansão da cidade de Vitória da Conquista o seu desenvolvimento ocorre aliado ao processo de urbanização no Brasil, inicialmente o comércio começou a ser impulsionado com a abertura de estradas de rodagem no ano de 1927 entre Vitória da Conquista e Jequié, obra essa que foi fundada por um grupo de proprietários rurais que possuíam como intuito a passagem de mercadorias por intermédio de carrocerias de caminhões. Surgindo assim, os grandes comerciantes do município. (Santos, 2014; Fernandes, 2010).

A urbanização também foi impulsionada com a locação da estrada que liga a Itambé, em 1937. E em 1939 o campo de aviação é inaugurado, que conforme Orrico (1982), “Conquista, em cerca de dez anos, romperam o isolamento físico e ligava-se a outros pontos do território baiano também por ar agora. Tão pródigo em realizações foi esse período de 1927 a 1939 (...)”. Devido a crise mundial e a revolução de 1930, Vitória da Conquista foi impulsionada devido ao comércio em feiras livres acarretando no surgimento de uma nova agência bancária, a Caixa Econômica Federal, inaugurada em 02 de setembro de 1936 pelo então governador Juracy Magalhães (Fernandes, 2010).

Por volta da década de 1970 o plantio do café teve um papel importante no desenvolvimento e estabelecimento de um núcleo urbano regional na cidade de Vitória da Conquista, pois devido a condições climáticas e edafológicas favoráveis corroboraram sua entrada no ciclo produtivo nacional e aceleraram o comércio de terras, levando a um aumento significativo de seu valor e preços. Essa dinâmica acelerou a migração rural-urbana e desde então, a cidade vem apresentando mudanças em seus aspectos sócio territoriais e crescimento urbano acelerado, o que exigiu a abertura de novos loteamentos (Ferraz, 2001).

Santos e Ferraz (2020), citam que novas morfologias e novos arranjos espaciais são criados segundo a lógica do capital e na cidade de Vitória da Conquista, assim como em outras partes do Brasil, não foi diferente, tendo em vista que agentes fundiários e imobiliários incentivaram a criação de novos espaços dentro e fora da área urbana como estratégia de geração de renda da terra por meio da produção habitacional. Esse processo marcou e ainda marca a expansão urbana, que quando realizado, estimulou a transformação de uma área rural em área urbana.

A lógica de reprodução ampliada do capital vem se manifestar de maneira evidente no município de Vitória da Conquista, estabelecendo uma conexão com a totalidade e conseqüentemente contradições de classes. Conforme Carlos (2007), nota-se que frequentemente a população de baixa renda resta apenas a opção de construir suas moradias em terrenos mais acessíveis, muitas vezes localizados em áreas carentes de infraestrutura. A ocupação desorganizada do espaço urbano da cidade resultou na criação de loteamentos em locais inadequados e de difícil acesso a atividades essenciais como hospitais e escolas (Santos, 2021).

Atualmente em áreas de prestígio, o preço de um loteamento pode ultrapassar 200 mil reais, o que indica que a compra seja feita por pessoas de alta renda. Desta forma, observa-se que a atividade espacial do imobiliário, seja em uma cidade pequena, média ou grande, ocorre por meio de atividades diferenciadas que criam e reforçam os processos de diferenciação e desigualdade socioespacial manifestados por meio da habitação (Santos e Ferraz, 2020).

As novas lógicas de produção da cidade desencadearam formas e processos distintos daqueles produzidos até a década de 1990, que formaram a estrutura espacial de Vitória da Conquista, a partir da criação de áreas dentro e fora da área urbana. Os novos subcampos também estão relacionados às mudanças nas estratégias dos proprietários imobiliários e fundiários na produção da cidade e das estratégias anteriores à avaliação do solo urbano, que atrai investimentos públicos e principalmente privados (Santos e Ferraz, 2020).

As práticas dessa subdivisão realizada conforme a classe social, atrelado a diversas ações do município favorecendo somente áreas nobres da cidade, convergem para um espaço cada vez mais dividido e estratificado, cuja expansão ultrapassa os limites urbanos conectando partes do campo com o espaço urbano. Adquirindo assim, novas formas e características no processo de urbanização e consigo novos conteúdos na modernidade (Santos e Ferraz, 2020).

Atualmente, em Vitória da Conquista existe um Plano Diretor vigente que consiste na Lei Nº 1.385/2006, no qual possui alguns instrumentos básicos para de política urbana que são:

- “I Os princípios, diretrizes e instâncias de planejamento para o acompanhamento e controle social do Planejamento Urbano de Vitória da Conquista e, em especial, o Plano Diretor Urbano;
- II. O partido urbanístico e elementos estruturadores do espaço urbano;
- III. As diretrizes para a aplicação dos instrumentos de política urbana, previstos no Estatuto da Cidade;
- IV. Políticas setoriais e projetos estratégicos;
- V. As diretrizes para a política habitacional de interesse social.”

(Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2006, p.01).

Alguns princípios são abordados no Plano, que não engloba somente a organização urbanística do município, mas sim uma melhor distribuição da mesma para toda a sociedade. Promovendo assim, justiça social e redução das desigualdades, buscando oferecer a todos os benefícios que existem em Vitória da Conquista. Além disso, o Plano Diretor busca estimular o desenvolvimento da cidade por meio de bases sustentáveis favorecendo uma equidade e melhor qualidade de vida da população desta forma, possibilitando a todos o direito à cidade (Carvalho, 2016).

Contudo ao decorrer desses anos, houve algumas alterações e anexos no Plano Diretor conforme o desenvolvimento, porém segundo o Estatuto da Cidade, no § 3º do seu artigo 30, determina que, pelo menos, a cada 10 (dez) anos, os planos diretores devem ser revistos. Dessa maneira, observa-se que mesmo com as alterações na Lei Nº 1.481/2007 que prevê o Código de Ordenamento o Uso e da Ocupação do Solo e de Obras e Edificação e seus anexos, aliado a Lei Complementar Nº 2.043, de 26 de junho de 2015, existem diversos problemas referente a moradia e urbanização na cidade, devendo elas serem revistas e amenizadas.

6. QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS URBANAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA

A estruturação de um município revela o estudo das características e dinâmicas oriundas do espaço urbano, assumindo um papel de destaque em meio ao processo contínuo de crescimento populacional. Essas questões são pautadas primordialmente nos arranjos socioambientais, que compreendem a interação entre as dimensões sociais e ambientais do meio. A análise dos padrões de uso e ocupação do solo, a distribuição de equipamentos públicos, a qualidade do ambiente construído e a gestão dos recursos naturais tornam-se elementos cruciais para entender e abordar os desafios socioambientais que permeiam o desenvolvimento municipal em Vitória da Conquista.

A Cidade representa a materialização das relações sociais, sendo palco para o desenrolar da vida cotidiana, influenciando o arranjo espacial decorrente das dinâmicas internas que regem a construção do espaço urbano, fluxo de pessoas, mercadorias e moradia, resultando em agentes da produção econômica local devido a necessidades humana fundamentais. De acordo com Rodrigues:

As características da habitação diversificam no espaço e no tempo ocasionando uma segregação espacial no seio da cidade, e não apenas nas estruturas das casas e terrenos. Esta diversidade deve-se a uma produção diferenciada da cidade e refere-se à capacidade de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno, quanto pelos equipamentos e serviços coletivos (Rodrigues, 1997, p. 23).

A urbanização impõe a necessidade premente de estabelecer infraestrutura e serviços essenciais para o atendimento básico, englobando redes de água, saneamento, drenagem, sistemas de transporte, gestão de resíduos, iluminação pública, bem como suporte destinado à educação e saúde. Nesse contexto, a produção habitacional de um município transcende somente o uso e ocupação do solo, requerendo, de forma imperativa, terras urbanizadas. Tais áreas demandam investimentos substanciais para viabilizar condições adequadas e viáveis para a habitação, refletindo a complexidade inerente à interseção entre a urbanização e a promoção de qualidade de vida.

6.1. Uso e Ocupação do Solo

A residência se configura como uma necessidade fundamental para a humanidade, demandando terras urbanizadas, isto é, áreas urbanas providas de infraestrutura que ofereçam condições viáveis para a habitação. Contudo, a implementação dessa infraestrutura acarreta custos frequentemente inacessíveis à considerável parcela da população, resultando em uma marcante segregação socioespacial.

O uso e ocupação do solo, conforme delineado pelo Capítulo I “Da ocupação e Uso do solo, Art 50 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), refere-se à definição de como os terrenos e, uma cidade podem ser utilizados e desenvolvidos, relativos a densificação, regime de atividades e dispositivos de controle das edificações e parcelamento do solo, configurando um regime urbanístico.

No contexto específico da cidade de Vitória da Conquista, é observado que o Plano Diretor Urbano- PDU de 1976/77 estabeleceu uma política de uso e ocupação do solo urbano, mas não abordou de maneira específica a questão da habitação popular destinada a famílias de baixa renda, ou sem renda alguma. Essa lacuna resultou na necessidade dessas famílias buscarem soluções, muitas vezes envolvendo a aquisição de áreas economicamente desvalorizadas e mais suscetíveis a eventos naturais (Silveira, 2010).

Além disso, destaca-se que a desarticulação entre planejamento e gestão não se limita ao Plano Diretor Urbano de 1976/77, estendendo-se ao Plano Municipal de Habitação Popular – PMHP –, criado em 1991. Esta falta de integração entre instrumentos de planejamento evidencia desafios significativos na abordagem das questões habitacionais e na promoção de um desenvolvimento urbano mais inclusivo e sustentável.

Em consequente, com a atualização do PDU em 2006 introduziu as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), identificando áreas prioritárias para a recuperação e regularização urbanística, regularização fundiária e produção de habitações de interesse social. Esse plano,

expresso no Artigo 38, busca abordar especificamente a questão da habitação popular, incluindo a recuperação de imóveis degradados. Importante ressaltar que as Áreas Especiais de Habitação Popular, previamente definidas na Lei nº 1.186/2003, são automaticamente enquadradas nas categorias de ZEIS, promovendo uma abordagem integrada para a promoção de habitação popular e a revitalização de áreas urbanas degradadas. Essa medida reflete um esforço do poder público em direção a uma abordagem mais inclusiva e sustentável na gestão do desenvolvimento urbano (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2006).

Dessa forma, é evidente a preocupação em relação ao uso e ocupação do solo urbano de Vitória da Conquista, que deve ocorrer de forma planejada e composta de infraestrutura básica e eficaz, porém a expansão da malha urbana frequentemente ocorre sem orientação efetiva do poder público local, gerando um crescimento desordenado sem a implementação de condições mínimas para habitação. Como consequência direta desse cenário obtém-se a emergência de regiões com uma variedade de desafios, abrangendo questões sociais, econômicas, ambientais e estruturais.

O PDU - VC/76 classifica estas áreas em dois grandes grupos: áreas de adensamento controlado e áreas de adensamento condicionado. A Subseção II apresenta o primeiro grupo, estabelecendo no Artigo 24 da Lei 1.385/2006:

Art. 24. São áreas de adensamento controlado as áreas com problemas de drenagem e declividade e restrições ambientais decorrentes da proximidade com a Serra do Periperi e o Poço Escuro, com infra-estrutura e equipamentos parcialmente implantados (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2006, p.09).

O artigo 25 da referida Lei dispõe sobre as áreas classificadas como adensamento condicionado:

Art. 25. São áreas de adensamento condicionado as áreas com características topográficas especiais e restrições ambientais pela proximidade da Serra do Periperi, carentes de equipamentos urbanos, que exigem uma ocupação condicionada (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2006, p.10).

Nas áreas classificadas no primeiro grupo estão os Bairros Guarani, Cruzeiro, Alto Maron e Vivendas da Serra (Primavera); enquanto no segundo grupo encontram-se os bairros Miro Cairo, Senhorinha Cairo e Nossa Senhora Aparecida, todos situados na vertente Sul da Serra do Periperi. Neste grupo podemos incluir ainda o Bairro Bruno Bacelar e os Loteamentos Vilas Serranas e URBIS IV.

Devido à acentuada declividade do terreno, à carência de infraestrutura essencial, pavimentação e sistemas de drenagem, e à natureza arenosa dos solos, tais áreas encontram-se suscetíveis, especialmente durante período de chuvas intensas, a movimentos de massa que ocasionam a instabilidade e desmoronamento de encostas. Adicionalmente, confrontam-se com

intensas enxurradas que transportam sedimentos e detritos ao longo das vias públicas, invadindo até mesmo residências. Essas problemáticas, conjugadas a deficiências estruturais na construção das edificações, frequentemente resultam no colapso das mesmas (Silveira, 2010).

Nos arredores da Serra, onde os bairros são categorizados pelo PDU-VC/76 como áreas de adensamento condicionado, a situação assume proporções de extrema gravidade. A ocupação dessas regiões é conduzida pela acessibilidade à compra de terrenos desvalorizados, resultado de suas localizações e condições geomorfológicas, onde as residências, em sua maioria, carecem de uma infraestrutura adequada. O aspecto alarmante dessa configuração reside na notável falta de infraestrutura adequada nas residências dessas localidades (Silveira, 2010).

Em tais áreas, a presença de equipamentos públicos é escassa, e as redes de esgotamento e drenagem praticamente inexistem. O resultado desse cenário se manifesta durante os períodos de chuvas mais intensas, traduzindo-se em desmoronamentos recorrentes de habitação e encostas. Diante dessa crise iminente, torna-se evidente que o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU), na prática, oferece soluções de longo prazo excessivamente abstratas e generalistas, essas, combinadas às deficiências na orientação das políticas públicas, não abordam de maneira eficaz as necessidades.

Embora a adoção do Plano Diretor Urbano, regido pela Lei 1.385/2006, tenha marcado um avanço importante por parte do poder municipal na regulamentação do uso do solo urbano, observa-se que esse progresso ocorreu sem uma adequada consideração a um planejamento territorial estratégico. Este deveria orientar a urbanização da cidade mediante a estruturação de vias de acesso, implementação de redes de abastecimento de água e drenagem, e a manutenção de padrões mínimos para construções residenciais e comerciais, prementes da população.

6.2. Problemática Ambiental Urbana

As transformações ambientais têm adquirido dimensões cada vez mais amplas, gerando uma crise ambiental de proporções imprevisíveis. Segundo as palavras de Capra (1982, p. 14), "deparamo-nos com uma gama de problemas globais que estão prejudicando a biosfera e a vida humana de maneira preocupante, podendo em breve se tornar irreversíveis". Essa problemática, que impacta o meio ambiente, tem sua origem em atividades locais realizadas pelo ser humano, e sua interferência no ambiente resulta em alterações na paisagem, provocando efeitos positivos, mas, predominantemente, causando danos adversos.

Por conta dos danos negativos que são causados ao ambiente, o poder público, com o intuito de minimizar e/ou sanar esses danos, têm lançado mãos das chamadas políticas públicas, as quais podem ser entendidas "como programas de ação governamental, que visam coordenar

os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (Carvalho, 2004, p. 15).

Nesse contexto, é comum observar que as políticas públicas buscam abordar questões urgentes e significativas, muitas vezes intervindo de forma direta para solucionar problemas graves que necessitam de resolução. Essas iniciativas representam a concretização de interesses coletivos por meio de ações governamentais. A perenidade dessas ações, no entanto, está sujeita à orientação e prioridades de cada governo em relação às políticas públicas implementadas anteriormente.

Ao aplicar essa perspectiva à temática ambiental, torna-se evidente que as políticas públicas ambientais seguem um padrão semelhante. Contudo, em consonância com o Princípio da Participação, que é central no Direito Ambiental, a legitimidade e legalidade dessas políticas dependem crucialmente da contribuição ativa da população. A participação popular não só se torna fundamental na fase de criação das políticas, mas também desempenha um papel vital na sua implementação e gestão, garantindo, assim, uma abordagem mais holística e democrática na promoção de soluções ambientais sustentáveis.

Certamente mostra-se relevante a Legislação Ambiental para uma cidade e, no caso de Vitória da Conquista, o Código Ambiental se consolidou como uma legislação exclusiva para direcionar as questões pertinentes à preservação, conservação e defesa do patrimônio ambiental do município, como pode ser observado nos seguintes artigos da Lei no 1410/2007, *in verbis*:

Art. 2o. A Política Municipal do Meio Ambiente tem como objetivos gerais manter ecologicamente equilibrado o meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal o dever de protegê-lo, defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as gerações presentes e futuras (Lei no 1410/2007, p. 6).

Art. 3o. O Município tem competência legislativa, na forma prevista na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, em relação ao meio ambiente, à gestão ambiental, à criação de espaços protegidos, ao licenciamento e à imposição de penalidades a infrações ambientais de interesse local, observadas as competências da União e do Estado (Lei no 1410/2007, p. 6).

Para que se cumpra o que determina os artigos supramencionados, a referida lei estabelece os seguintes princípios:

Art. 4o. A Política Municipal do Meio Ambiente de Vitória da Conquista, para a consecução dos seus objetivos, observará os seguintes princípios:

- I.** Exploração e utilização racional dos recursos naturais, de modo a não comprometer o equilíbrio ecológico;
- II.** Desenvolvimento local fundamentado na sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III.** Respeito aos acordos e convenções internacionais, de que o Brasil for signatário, sobre matéria ambiental;
- IV.** Ação municipal na manutenção da qualidade ambiental, tendo em vista o uso coletivo, promovendo a proteção, o controle, a recuperação e a melhoria do meio ambiente;

V. Proteção dos ecossistemas do Município e seus componentes representativos, mediante planejamento, zoneamento e controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras;

VI. Controle da produção e da comercialização de substâncias e artefatos, do emprego de técnicas e métodos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. (Lei no 1410/2007, p. 6).

Além desses princípios, a Lei nº 1410/2007 estabelece em seu Artigo 5º diversas diretrizes voltadas para a proteção e aprimoramento da qualidade ambiental. Destaca-se, pela sua abrangência, o que está previsto no inciso I.

I. A compreensão do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque de sustentabilidade e o controle da qualidade ambiental, abrangendo todos os tipos de poluição, inclusive a sonora e a visual. (Lei no 1410/2007, p. 7).

O Planejamento Urbano (PDU-VC) e a Política Municipal do Meio Ambiente (PMMA) não devem ser concebidos meramente como instrumentos técnicos destinados a estabelecer padrões de qualidade aceitáveis. Pelo contrário, é essencial que reconheçam os conflitos presentes no espaço geográfico, as disparidades nas condições de renda e como esses fatores influenciam a ocupação do solo urbano. A abordagem não deve se limitar à criação de instrumentos de preservação ambiental com o único propósito de congelar a ocupação, já que essa prática, como já observado em Vitória da Conquista, frequentemente resulta em ocupações ilegais.

O cerne da questão reside em assegurar uma ocupação que seja sustentável e simultaneamente acessível a todos os estratos da sociedade. Isso implica não apenas na implementação de medidas para conter a expansão urbana desordenada, mas também na promoção de práticas que considerem as variadas condições socioeconômicas da população. A busca por uma ocupação urbana sustentável deve ser acompanhada por estratégias que garantam equidade e justiça social, evitando a perpetuação das desigualdades na ocupação do solo e contribuindo para um desenvolvimento urbano equilibrado.

De acordo com as manifestações de Coelho:

Os problemas socioambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo o espaço urbano. Atingem muito mais os espaços físicos de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que os das classes mais elevadas. A distribuição espacial das primeiras está associada à desvalorização de espaço, quer pela proximidade dos leitos de inundação dos rios, das indústrias, de usinas termoeletricas, quer pela insalubridade, tanto pelos riscos ambientais (susceptibilidade das áreas e das populações aos fenômenos ambientais) como desmoronamento e erosão, quanto pelos riscos das prováveis ocorrências de catástrofes naturais. (COELHO, 2005, p. 27)

Coelho sublinha uma disparidade notável na distribuição dos problemas socioambientais urbanos, apontando para uma realidade onde as áreas ocupadas pelas classes sociais menos favorecidas enfrentam impactos mais acentuados em comparação com as classes mais privilegiadas. Essa desigualdade na distribuição espacial está associada à proximidade de leitos de rios, zonas industriais e usinas termoeletricas, bem como às condições insalubres.

Os espaços ocupados pelas classes sociais menos favorecidas frequentemente sofrem desvalorização, sendo suscetíveis a uma série de riscos ambientais, como inundações, desmoronamentos e erosões. A ameaça constante de catástrofes naturais aumenta a vulnerabilidade dessas comunidades, a análise da distribuição desigual dos impactos socioambientais destaca não apenas as disparidades socioeconômicas, mas também ressalta uma injustiça ambiental, na qual as comunidades mais vulneráveis enfrentam uma exposição desproporcional aos riscos ambientais. Essa constatação reforça a urgência de intervenções e políticas públicas destinadas a corrigir essas desigualdades, promovendo, assim, equidade e sustentabilidade nas áreas urbanas.

7. A SERRA DO PERIPERI: UM LIMITE À URBANIZAÇÃO NA FORMA DE ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

7.1. Contexto histórico do desenvolvimento urbano em torno da Serra Do Periperi

A ocupação inicial das terras de Vitória da Conquista, teve início na encosta da Serra do Periperi, nas margens do Rio Verruga pelos bandeirantes portugueses, em especial João Gonçalves da Costa, um desbravador português que entre o período de 1750 e 1807, buscava um caminho que ligasse o litoral e o sertão, posteriormente nomeado Sertão da Bahia, povoando com aldeias entre o Rio Pardo e o Rio de Contas e entre o Rio Galvão e o Rio Catolé, incluindo assim a implantação do Arraial da Conquista às margens do Rio Verruga. Durante esse processo de ocupação indígenas das tribos existentes Mongoyós, Kamakãs e os Ymborés foram mortos devido às decorrentes guerras de ocupação de território (Medeiros, 2015)

Ao decorrer do século XIX, o crescimento do núcleo urbano da cidade ocorreu de forma tardia no sentido norte/sul, acompanhando às margens do Rio Verruga e em áreas próximas a sua nascente, situada na Serra do Periperi. Posteriormente vindo a ser construídas habitações no entorno, gerando um grande fluxo de pessoas à cidade. Desta maneira a paisagem, que anteriormente era constituída apenas da vegetação natural da Serra, foi se modificando, pois os materiais como terra, areia, madeira e água, provenientes dela, puderam proporcionar o assentamento da cidade (Torres, 1996).

Silva (2013), vem apontar que a Vila Imperial da Conquista, que foi originada por João Gonçalves da Costa, passou por um processo de evolução devido a construções de rodovias que conectam a região sudoeste à Serra, impulsionando o crescimento urbano na época. Contudo, tal expansão desordenada acarretou em desafios socioambientais crescentes na Serra do Periperi. Uma das principais rodovias construídas no período de 1940 foi a BR 116, que se tornou a principal rodovia do Sudoeste Baiano, porém durante seu processo de construção Rocha (2008), vem afirmar que:

(...) as encostas da Serra do Periperi parte meridional, onde se localiza boa parte das nascentes da bacia do Rio Verruga, sofreram corte e aterro para a construção da referida BR e, posteriormente, para a construção do Anel Rodoviário, propiciando o intenso processo de ravinamento e voçorocamento (Rocha, 2008, p.132).

Dessa forma, evidencia-se a importância da BR 116 para o crescimento da área urbana, estendendo-se até a parte norte da Serra do Periperi. Contudo, o seu efeito desordenado prolongou-se até às encostas da Serra, que se encontra atualmente em uma área de reserva florestal conhecida como Poço Escuro (Silva, 2013). Com 17 hectares de área, o local abriga uma vegetação exuberante e constitui-se praticamente como último remanescente de mata de grande porte da zona urbana da cidade. A mata também conserva uma alta representatividade em relação à fauna, com alta diversidade biológica (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2019).

Na década de 1970, a discussão sobre a construção de um anel que pudesse delimitar a cidade de Vitória da Conquista veio à tona. Com isso, durante a elaboração do primeiro Plano Diretor Urbano a construção do anel viário foi pautada, porém a sua inauguração só se deu no ano de 2002. Contudo, durante esse período a construção foi alvo de diversas polêmicas entre os ambientalistas da cidade devido aos potenciais impactos ambientais que poderiam afetar a Serra. Ao decorrer do processo de construção do Anel Rodoviário foram realizados diversos cortes e aterros nas encostas da Serra do Periperi. A vista disso, Medeiros (2015) vem afirmar que:

A razão ecológica, que fica fortemente evidenciada, nas divergências sobre a localização do anel viário (corte de cerca de 4.000 metros na serra) é importantíssima: Qualquer estrada perto de núcleo urbano é vetor de crescimento deste. Estabelecida a estrada, as pressões de “economia imobiliária” sobre o poder público são imensas no sentido de modificar ou rever a política de uso do solo. No caso da serra do Piripiri, não é a estrada em si (aquela já é varada por estradas, como a própria BR 116), mas as consequências disso, inclusive valorização de terrenos com consequente dificuldade financeira para desapropriação futura. Mas não se esquece que os animais geralmente são vítimas, o que implica em adotar um sistema de proteção (Medeiros, 2015).

É notório que o Anel Viário apresentava um avanço no crescimento urbano da cidade, pois realizaria uma conexão para um ambiente menos crítico, porém Medeiros (2015), alertava que ela nasceu com a marca da improvisação, já apontando futuros problemas, principalmente devido ao intenso uso do solo urbano nas intermediações do entroncamento da BR 116 e da estrada de Brumado.

As ocupações na Serra do Periperi de forma mais intensa na década de 1980, obteve aprovação pelo poder público, com alvará de licenciamento dos loteamentos como Bruno Bacelar, que possui uma vasta área do Parque, Nossa Senhora Aparecida, Vilas Serranas, Miro Cairo, entre outros. Desta forma, a maioria desses bairros foram sendo instaurados através de invasões que posteriormente foram oficializadas, encontrando a predominância de residências pertencentes à população de baixa renda (Benedictis, 2007).

Em seu estudo de campo Benedictis (2007), observa que o bairro Bruno Bacelar foi se expandindo sem nenhum ordenamento, não obtendo delimitação da área do parque, sem infraestrutura adequada para a moradia, com esgoto a céu aberto, ruas sem asfalto e marcadas pela erosão, onde a única rua pavimentada é a que transita o transporte público. Sendo assim, o crescimento urbano ao entorno da Serra do Periperi se dá devido a problemas relacionados ao direito à moradia, pois as políticas públicas existentes desde o início do século XXI, nem sempre se preocupam com o meio ambiente urbano, transformando a cidade e suas áreas de conservação ambiental em um local propício aos problemas sociais de maneira que a sua inter relação pode acarretar em tragédias socioambientais (Silva, 2013)

Isto posto, o crescimento urbano desordenado ao redor da Serra do Periperi revela uma preocupante negligência com o direito à moradia digna e a conservação ambiental. A falta de integração entre políticas públicas urbanas e ambientais pode potencializar os problemas sociais e ambientais, culminando em tragédias socioambientais. Portanto, é crucial uma abordagem integrada e sustentável no planejamento urbano, visando garantir o acesso à moradia adequada e a proteção do meio ambiente, para evitar consequências desastrosas para as comunidades e o ecossistema local.

7.2. A Serra do Periperi como uma Unidade de Conservação municipal da Cidade de Vitória da Conquista

O Parque da Serra do Periperi se localizada no Estado da Bahia, mesorregião Centro-Sul baiano, microrregião do Planalto da Conquista, com coordenadas 14° 51' 58'', latitude sul, e 40° 50' 22'', longitude oeste, uma área territorial de 3.704 km², altitude do nível do mar de 876 m e densidade demográfica igual a 91,41 hab/km².

O Plano de Manejo da Serra, realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (2019), descreve a hidrografia do parque como um divisor de águas natural. Dentro dessa perspectiva, o Parque da Serra do Periperi abriga três sub-bacias: sub-bacia do Rio Catolé, sub-bacia do Rio Verruga, no qual possui sua nascente no parque, e a sub-bacia do Rio Gavião.

A região do Planalto da Conquista carece de estudos mais aprofundados sobre a diversidade e distribuição da fauna, resultando em uma caracterização precária dessa área. Registros mais antigos, como os de Wied-Neuweid em 1940, indicam a presença de uma fauna rica e semelhante à do Pantanal mato-grossense. Esses registros mencionam a ocorrência de diversas espécies, como suçuarana, onça-preta, macacos (guariba, macaco-prego, bugio), micos, preguiças, cachorros-do-mato, raposas, veados, jacarés, jabutis, serpentes e uma grande variedade de aves e invertebrados. No entanto, a falta de estudos mais recentes dificulta uma compreensão mais atualizada e detalhada da fauna presente na região (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2019).

O levantamento da fauna buscou preencher uma lacuna no conhecimento da biodiversidade local sobre as espécies ameaçadas e o próprio equilíbrio/desequilíbrio de populações. A partir do funcionamento do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), em janeiro de 2000, passou-se a dispor de informações mais precisas sobre as áreas de distribuição de muitas espécies na região (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2019).

A vegetação predominante na região, conhecida popularmente como Mata de Cipó, é classificada como Floresta Estacional Semidecidual. Esta vegetação encontra-se em áreas de tensão ecológica, o que resulta em uma grande plasticidade de espécies. Estas espécies são amplamente distribuídas e capazes de suportar variações significativas de temperatura, umidade e altitude, caracterizando-se como espécies euriécias (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2019).

Dados referentes ao Plano de Manejo (2019) revelam que a Mata de Cipó é uma vegetação de transição entre a mata costeira e a região do sertão, exclusiva do Estado da Bahia. Ela apresenta dominância da forma fanerófita decidual e semidecidual. Sendo relativamente baixa, com copa engalhada e folhas pequenas, raramente ultrapassando 10-12 metros de altura. Em alguns remanescentes, pode alcançar até 18 metros de altura, mas com diâmetros pequenos. Classificada como Floresta Estacional, ela apresenta um gradiente de caducifolia menor que 50%, sendo, portanto, considerada como Semidecidual. Apesar de perderem suas folhas na época mais desfavorável, as árvores mantêm seu bosque verde.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) aponta que no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regido pela Lei 9.985/2000, abrange um conjunto de

Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais e municipais. As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável, cada uma com objetivos específicos que variam em termos de proteção e usos permitidos, tendo finalidades de conservação ou preservação.

De acordo a Lei 9.985/2000 o grupo de Proteção Integral se subdivide em 5 categorias:

I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre (Brasil, 2000, p.3).

De acordo a Lei 9.985/2000 o grupo de Proteção Integral se subdivide em 7 categorias:

I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural (Brasil, 2000, p.4).

Pádua (2006), vem esclarecer que na perspectiva conservacionista, é possível permitir o uso sustentável, assumindo o significado de preservar a natureza para algum propósito ou integrando o ser humano como mais uma espécie, e não como "a espécie" dominante, com a presença humana ocorrendo de maneira harmoniosa. Em contraste, a preservação visa garantir a integridade e a continuidade do meio com o termo implicando em proteção total e intocabilidade. Sendo assim, a preservação se torna imperativa quando há o risco iminente de perda de biodiversidade, seja de uma espécie específica, de um ecossistema ou até mesmo de um bioma como um todo (Pádua, 2006).

A Lei 9.985/2000 vem conceituar no seu Art 1º que Unidade de Conservação consiste em:

(...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000,p. 01).

Já em seu Art. 7º vem apontar que as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. No que tange a sua diferenciação, as Unidades de Proteção Integral tem como principal objetivo a proteção da natureza, contendo normas mais restritivas, permitindo apenas atividades que não envolvem o consumo, coleta ou dano aos recursos naturais. Já as Unidades de Uso Sustentável buscam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável, as atividades que envolvem a coleta e uso de recursos são permitidas desde que sejam realizadas de maneira que garantem a perenidade dos recursos ambientais.

A implementação de áreas naturais protegidas vem sendo uma estratégia para a preservação ambiental em todo o mundo. No Brasil, o engenheiro André Rebouças começou a implementação de parques nacionais em dois locais: a Ilha do Bananal, no rio Araguaia, e outra área em Sete Quedas, no rio Paraná. Contudo, os primeiros parques nacionais brasileiros só foram estabelecidos na década de 1930, cerca de 60 anos após as sugestões do engenheiro (Drummond, Franco, Silva, 2010).

É notável que o tempo de existência de UCs é pouco na história humana e tardia no Brasil, haja visto que as atitudes extrativistas no Brasil conduziram a extinção de espécies, a degradação e grandes desmatamentos. No contexto de Vitória da Conquista, as Unidades de Conservação existentes são: Parque Municipal da Serra do Periperi, o Parque Urbano da Lagoa das Bateias e o Parque Urbano da Lagoa do (bairro) Jurema, além do Parque Ambiental do Rio Verruga, criado pelo decreto nº 19.394, em 5 de abril de 2019 (Silva, 2020).

Adentrando no contexto da Serra do Periperi, parte da sua área foi tombada no ano de 1996, através do Decreto nº 8.696/96, passando assim a se configurar como área de preservação ambiental. Em seguida, o Decreto Nº 9.480/1999 veio a considerar a Serra do Periperi como o principal marco geográfico e histórico da cidade, sendo explicitada a sua importância. No que tange a sua conservação o decreto aponta que:

Considerando que é importante preservar a Serra do Periperi por conter a Reserva Florestal do Poço Escuro, de alta biodiversidade, e por possuir vegetação nativa remanescente, que garante o equilíbrio microclimático e paisagístico urbano, além de se constituir em um refúgio para a fauna silvestre regional, ameaçada de extinção (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Decreto Nº 9.480/1999, p.01).

No que se refere ao uso e ocupação do solo o Decreto Nº 9.480/1999 considera que o uso inadequado e a ocupação desordenada da Serra do Periperi têm provocado danos ambientais e urbanos significativos, sendo essencial elaborar um planejamento eficiente do uso do solo na região, priorizando a preservação de áreas verdes, a recuperação de locais degradados pela exploração mineral e vegetal, além da correção dos processos erosivos por meio de práticas sustentáveis, como a revegetação e outras medidas adequadas. No seu Art 2º o decreto destaca a finalidade do Parque Municipal, sendo ela:

Tem por finalidade precípua preservar a vegetação nativa, a fauna, as nascentes e a conformação topográfica do topo e encostas da Serra do Periperi, proteger os remanescentes de mata do Poço Escuro, recuperar as áreas degradadas, controlar os processos erosivos e ordenar o uso e a ocupação do solo urbano, sendo proibidas quaisquer atividades extrativas - minerais e/ou vegetais, construções e modificações do meio ambiente a qualquer título, ressalvadas aquelas destinadas às atividades científicas, educativas e/ou de lazer, devidamente autorizadas pela autoridade competente (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Decreto Nº 9.480/1999, p.02).

No ano de 2007, a área foi recategorizada, pela Lei Municipal nº 1.410/2007 que estabeleceu o Parque Municipal da Serra do Periperi (PMSP) como uma área destinada à proteção da vegetação nativa, da fauna, das nascentes e da topografia. Seu propósito também inclui a recuperação de áreas degradadas, o controle de processos erosivos e a regulamentação do uso e ocupação do solo. Os limites do parque são definidos pelos bairros da sede municipal nas vertentes sul, leste e oeste, além da zona rural e do distrito industrial na vertente norte.

Silva (2013), vem destacar que os objetivos na criação do parque incluíram a organização do uso e ocupação do solo, a preservação de áreas verdes e remanescentes nas encostas e no topo da Serra do Periperi, a proteção das nascentes existentes e a recuperação das áreas degradadas pela mineração, com o intuito de minimizar e corrigir os processos erosivos decorrentes da degradação ambiental.

7.3. Plano de Manejo da Serra Do Periperi e sua aplicação nos dias atuais

O Plano de Manejo consiste em um documento técnico que aponta objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelecendo seu zoneamento e normas que presidem o uso da área e o manejo dos recursos naturais, com a implementação de estruturas físicas que são necessárias para a gestão da unidade. Os bairros situados no entorno do Parque Municipal da Serra do Periperi, conforme o Plano são: Zabelê, Primavera, Guarani, Cruzeiro e Nossa Senhora Aparecida, classificando o Bruno Bacelar como loteamento ao redor da Serra. Assim, a zona de amortecimento estabelecida corresponde à faixa contígua a estes bairros, iniciando na delimitação da poligonal e avançando para o interior deste (Vitória da Conquista, 2019).

Dentre os objetivos dos Plano de Manejo constitui em:

- Proteger, por meio de ações de fiscalização, a flora e a fauna dessa área;
- Estimular e viabilizar a execução de pesquisa e monitoramento ambiental, com fins exclusivamente científicos;
- Garantir a evolução natural da vegetação em pontos atingidos por queimadas, através de ações de fiscalização, monitoramento e programas de educação ambiental direcionados às comunidades do entorno (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Decreto Nº 9.480/1999, p.01).

No Capítulo III do Plano de Manejo, aborda-se as recomendações de manejo da área a fim que ocorra seu funcionamento harmônico e integrado. Logo após o estabelecimento desses objetivos, ocorre o Zoneamento que consiste na divisão da área total em zonas de manejo específicas, como mostrado na figura anterior, sendo orientado pelos Programas, os quais são subdivididos em Sub programas, nos quais estão contidas as recomendações específicas. Sendo assim, os objetivos específicos do manejo constituem em:

- Preservar a diversidade e a riqueza de espécies e o equilíbrio natural da área;
- Proteger espécies raras, em perigo e ameaçadas de extinção, especialmente o cacto Cabeça-de-Frade (*Melocactus Conoideus*), a Bromélia-Conquistense (*Orthophytum conquistense*) e o Macaco-Prego-do-Peito-Amarelo (*Sapajus xanthosternus*);
- Garantir as condições naturais da área para a reprodução das espécies animais e vegetais;
- Manter a área como banco genético, importante para a flora da região;
- Proteger os sítios históricos e arqueológicos;
- Fomentar atividades de investigação científica e interpretação e educação ambiental, compatíveis com os objetivos do Parque.
- Levar o público a entender e apreciar o valor do Parque e a perceber a necessidade de conservação da natureza;
- Prover a área de meios necessários e suficientes ao seu bom funcionamento e correto desenvolvimento das atividades (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2019).

Dentre os programas existentes seus objetivos no geral consistem no cuidado com os equipamentos do Parque, incluindo rádios, viaturas, câmeras, GPS, realizando a pintura das instalações em intervalos regulares, garantindo que permaneçam em bom estado de conservação. Para lidar com pequenos reparos, é importante adquirir ferramentas básicas. Arelado a isso, a sinalização do Parque e os painéis externos devem ser inspecionados regularmente, sendo reparados ou substituídos conforme necessário.

O manejo adequado do lixo é essencial, com a coleta seletiva para encaminhamento à cooperativa de reciclagem e ao aterro sanitário, manter as trilhas do Parque conservadas e outras atividades que ficam a critério da chefia do Parque. Alguns subprogramas existentes são: monitoramento ambiental, incentivo à pesquisa, recuperação de áreas degradadas, programa de educação ambiental, programa de proteção (Vitória da Conquista, 2019).

Atualmente, em algumas áreas de conservação municipal de proteção integral, estão situados empreendimentos que se contrapõem aos objetivos apontados no Plano, como Usina de Refino de Asfalto de Vitória da Conquista, Subestação de energia elétrica da Coelba, Subestação de transmissão de sinal de rádio e TV, Antenas de telefonia, Área de extração de cascalho, Área de extração de areia, vias de acesso e circulação. Contudo, não foram estabelecidos objetivos e metas que buscassem remover ou reestruturar tais equipamentos e seus impactos ambientais gerados (Sousa, 2022).

Além disso, Sousa (2022), aponta com base nos relatórios divulgados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente entre os anos de 2007 e 2021, identificaram-se os principais problemas de origem presentes no Parque incluindo a captura de animais silvestres, com destaque para aves, e a coleta ilegal de espécies florísticas, tais como melocactus, bromélias, orquídeas e musgos, para posterior comercialização. Ademais, observou-se também a utilização de lianas como fonte de energia por parte dos moradores da região circundante.

Na tentativa de obter relatórios de gestão Sousa (2022), buscou documentos entre os anos de 2017 a 2021, no entanto, durante essa busca, não foram identificadas ferramentas de avaliação nem apresentações sobre o alcance dos indicadores estabelecidos no Plano de Manejo

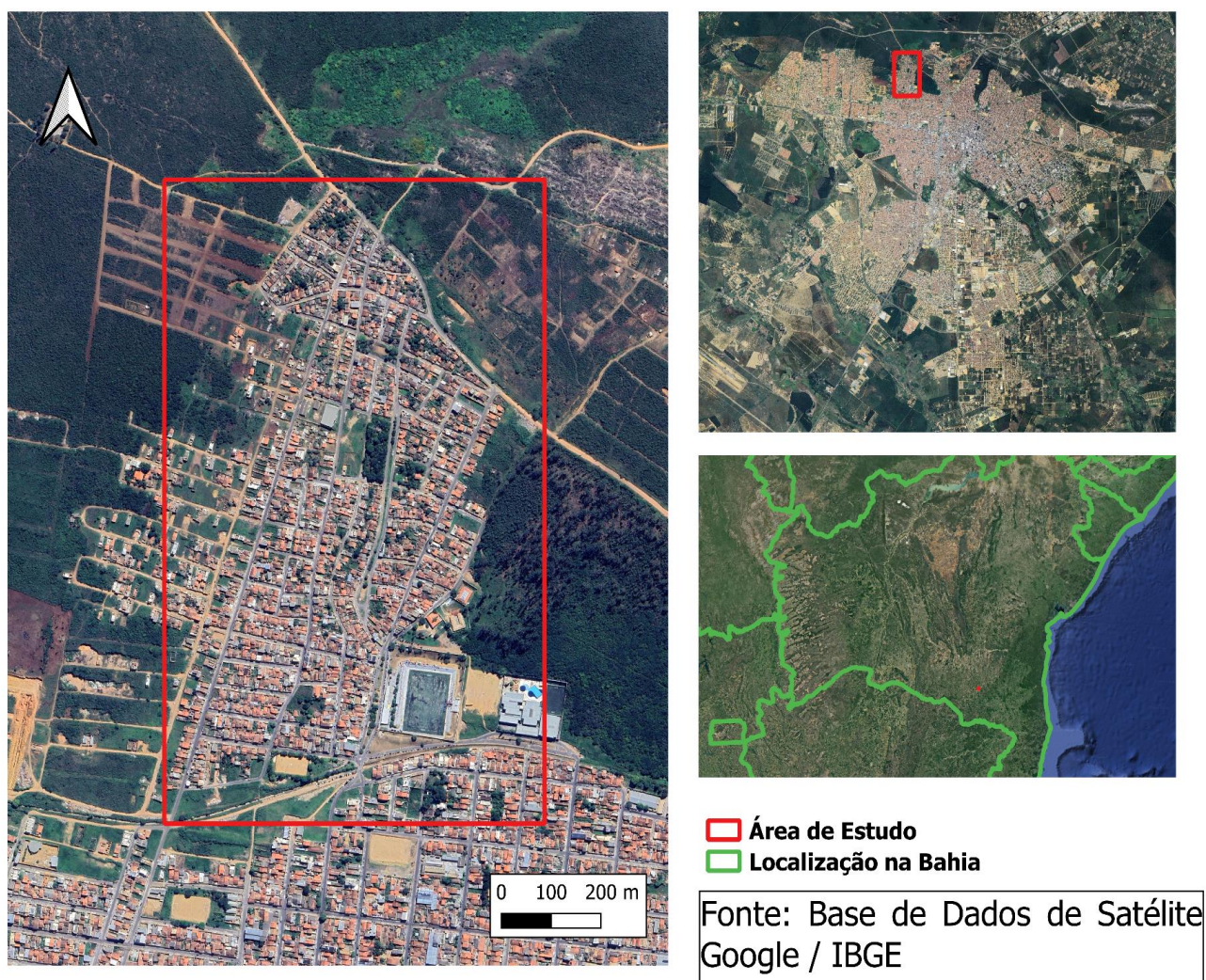
do PMSP. Sendo assim, não foram encontrados relatórios específicos relacionados aos programas e subprogramas, tampouco informações sobre o cumprimento dos objetivos estabelecidos e também não foram localizados relatórios de gestão de períodos anteriores.

8 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA SERRA DO PERIPERI E SEU ENTORNO URBANO

8.1. O Loteamento Bruno Barcelar entre a Precariedade Social e a Degradação Ambiental

O Bruno Bacelar é um loteamento localizado no bairro Ibirapuera, na Zona Oeste da cidade que conta, atualmente, com aproximadamente 4.971 habitantes, com a totalidade de sua área urbana com pavimentação e cerca de 80% do bairro saneado, segundo a pesquisa feita pela Fundação Escola Politécnica da Bahia- FEP (2019).

Figura 1: Planta de localização do Loteamento Bruno Bacelar na área urbana de Vitória da Conquista



Fonte: Sirgas 2000/ UTM zone 24S - Organizado pela autora.

De acordo com a Figura 1, localizada nas coordenadas 14° 51' 11" S e 40° 51' 29" O, a imagem a anterior apresenta a demarcação da área de estudo do loteamento à margem do Parque Municipal da Serra do Periperi.

Como fruto de uma urbanização desordenada, as áreas não loteadas regularmente foram ocupadas na Serra do Periperi. As ocupações na Serra do Periperi ocorreram de forma mais intensa a partir da década de 1980, com a aprovação pelo poder público municipal de loteamentos, como o Bruno Bacelar, que atualmente é o bairro que mais avança na área do Parque Municipal da Serra do Periperi (Benedictis, 2007).

O crescimento da população urbana de Vitória da Conquista proveniente da migração advinda da zona rural para a cidade favoreceu a ocupação do solo por loteamentos, em sua maioria de baixo custo. Segundo Medeiros (1978), os loteamentos em Vitória da Conquista surgiram na primeira metade da década de 1950, sendo o estopim para que a população urbana comece a dar verdadeiros saltos e ocupar terras com a finalidade de estabelecer moradia.

Medeiros (1978), também pontua que a maioria da população possui baixo poder aquisitivo, o que justifica o surgimento dos "loteamentos populares" em Vitória da Conquista nesta década. Entretanto, essa condição também impulsionou o desenvolvimento de loteamentos voltados para as classes média e alta, promovendo assim a prática de parcelamento do solo urbano.

Nesse contexto, é evidente que, no processo de disputa pela ocupação do solo urbano, os grupos mais influentes da cidade foram e continuam sendo os principais beneficiários, apropriando-se das áreas mais valorizadas. Em contrapartida, os grupos de baixa renda tendem a ocupar áreas que carecem das mínimas condições de infraestrutura adequada para habitação.

Nas décadas de 1950 e 1960, a migração do campo para a cidade, especialmente das áreas mais afetadas pela seca, a escassez de oportunidades de emprego urbano e os processos de revitalização da área central, antes habitada principalmente por pessoas pobres e negras, foram fatores determinantes para a migração de várias famílias negras para bairros próximos ao Periperi. Segundo dados do IBGE (2010), nos períodos, 1950–1960, 1960–1970 e 1970–1980, o êxodo rural acelerou-se, chegando, no último período, a transferir para o meio urbano o equivalente a 30% da população rural existente em 1970. (Nascimento, 2012).

Sob esse viés, a tabela a seguir (tabela 1) apresenta a porcentagem de habitantes autodeclarados pretos e pardos na região do loteamento, de acordo com o setor censitário fornecido pelo IBGE, (2010).

Tabela 1: Dados censitários da população autodeclarada preta e parda no Bruno Bacelar

Nº	Setor Censitário	% da população preta/parda	Nº de pessoas no setor censitário
1	#293330705000090	71,61%	701 habitantes
2	#293330705000201	78,69%	1131 habitantes
3	#293330705000202	71,13%	1316 habitantes
4	#293330705000089	62,35%	1599 habitantes

Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado pela autora.

É possível analisar a formação de um cenário urbano com o surgimento de novos centros de poder, riqueza e conhecimento, levando à segregação racial na organização dos bairros e no acesso aos recursos disponíveis, como mostra a Figura 2 a seguir e Figura 4 localizada na página 42.

Figura 2: Porcentagem da população autodeclarada preta e parda no Bruno Bacelar



Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010; Sirgas 2000/ UTM zone 24S; Organizado pela autora.

Como resultado da antiga divisão espacial, o centro da cidade se tornou uma área cada vez mais desenvolvida, com infraestrutura modernizada onde os bairros mais abastados estão próximos a uma variedade de serviços, universidades, igrejas, praças, bancos e estabelecimentos comerciais (Nascimento, 2012). Por outro lado, os bairros próximos a encostas, regiões carentes de infraestrutura e predominantemente habitadas por pessoas negras, são estigmatizados como "áreas perigosas".

A figura 2 apresenta o percentual de pessoas autodeclaradas pretas e pardas no Loteamento Bruno Bacelar, subdivididos conforme setores censitários dispostos pelo IBGE (2010). A imagem ilustra uma clara dicotomia entre os dados demográficos das regiões mais elevadas em comparação com as áreas mais centrais. Nas áreas mais ao norte do loteamento, observa-se uma predominância significativa de população preta e parda, alcançando aproximadamente 80% do total populacional.

Em contraste, as regiões mais ao sul do loteamento apresentam uma proporção ligeiramente menor, com dados próximos a 65% da população identificada como preta e parda. Essa disparidade demográfica entre as regiões indica uma distribuição desigual de grupos étnico-raciais ao longo do território, refletindo possíveis diferenças históricas, sociais e econômicas que moldaram a composição populacional em diferentes áreas geográficas.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, o quadro a seguir mostra a quantidade de lotes deferidos para a os loteamentos Bruno Bacelar I e II:

Quadro 1: Quantidade de lotes deferidos pelo poder público municipal para a área da Serra do Periperi

Loteamentos	Nº De Lotes	Data De Deferimento
Bruno Bacelar I	605	05/1988
Bruno Bacelar II	840	12/1989
TOTAL	1445	

Fonte: Benedictis, (2007, p. 44) apud Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1989.

O Loteamento Bruno Bacelar está intimamente ligado a eventos que tiveram um papel significativo na formação do cenário urbano e social da região. O bairro conta com 1445 lotes em sua totalidade, como mostra a tabela acima, aprovados pelas autoridades para a construção de residências destinadas à população de baixa renda.

A disponibilização desses lotes proporcionou para que o bairro presenciasse um crescimento desordenado, sem supervisão adequada dos órgãos de proteção e uma clara

demarcação da área destinada ao Parque da Serra do Periperi. Além disso, o desenvolvimento ocorre sem a devida infraestrutura, resultando em problemas como esgoto a céu aberto e elevados níveis de pobreza.

Este crescimento desordenado provocou que áreas não loteadas próximas ao Periperi fossem ocupadas de forma irregular e clandestina. E ainda que a serra possa se apresentar como um obstáculo natural para construir devido a sua declividade, a população pobre que não detinha lotes usaram o espaço para erguer suas moradias. A figura a seguir mostra as condições de algumas moradias próximas à Serra do Periperi.

Figura 3: Condições precárias de moradias a margem da Serra do Periperi



Fonte: Visita 'in loco' Fotografia da Autora 2024.

Ademais, segundo Censo de 2010, o valor do rendimento médio mensal dos moradores do Bruno Bacelar era inferior a R\$510,00 reais (Tabela 3), valor referente ao salário mínimo vigente no ano de 2010.

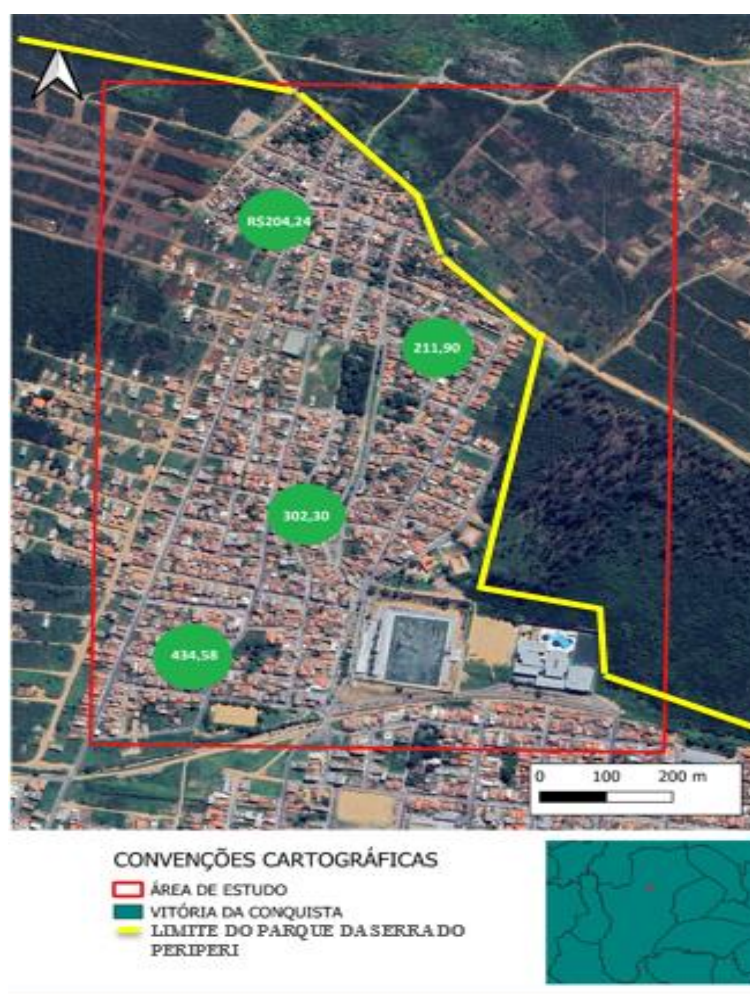
Tabela 2: Renda média populacional do loteamento Bruno Bacelar de acordo setor censitário.

Nº	Setor Censitário	Renda Média da população	Nº de pessoas no setor censitário
1	#293330705000090	R\$ 204,24	701 habitantes
2	#293330705000201	R\$ 211,90	1131 habitantes
3	#293330705000202	R\$ 302,30	1316 habitantes
4	#293330705000089	R\$ 434,58	1599 habitantes

Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado pela autora.

A Tabela 2 apresenta a renda média da população em setores censitários específicos dentro do Loteamento, conforme ilustrado de forma gráfica na Figura 4. Os dados revelam uma disparidade significativa das regiões mais elevadas, próximas à Serra do Periperi. Nas regiões ao norte do loteamento, próximas da serra, a renda média da população representa aproximadamente 40% do valor total estipulado para o salário mínimo.

Figura 4: Renda Média da população do Bruno Bacelar em 2010.

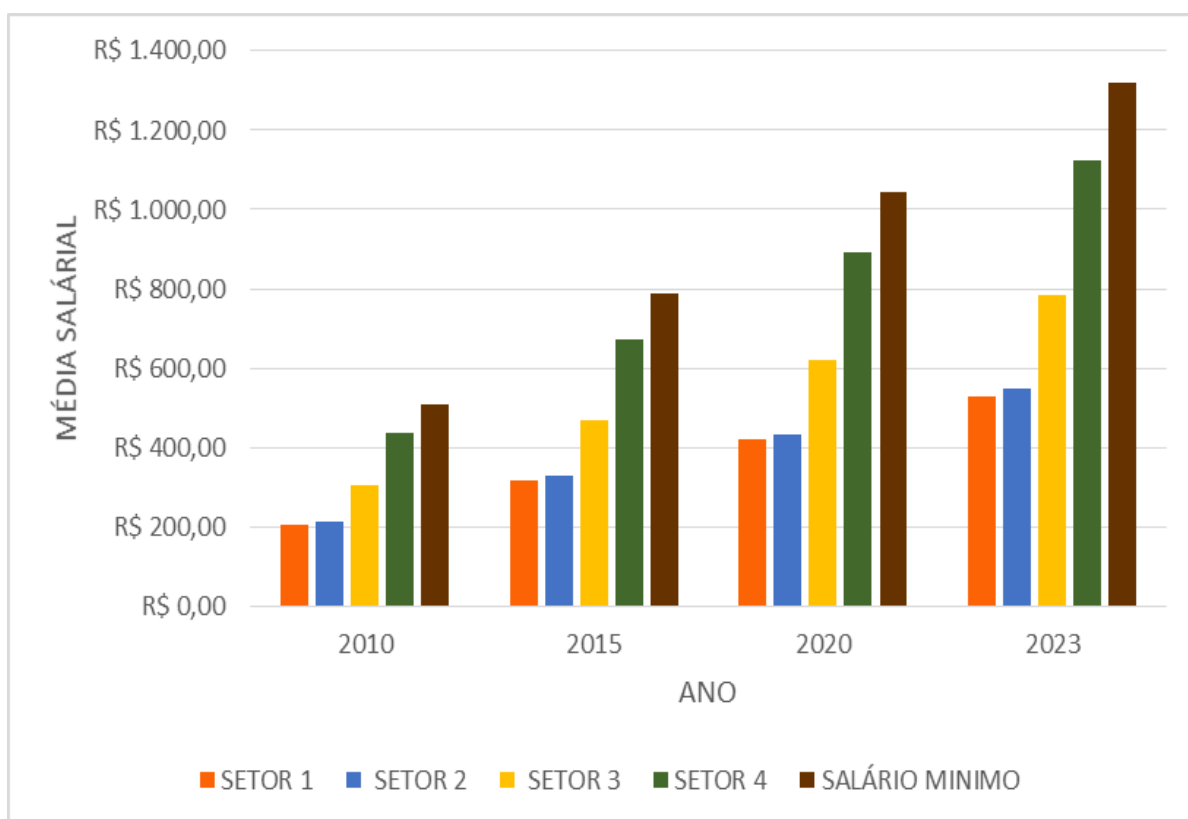


Fonte: Fonte: Sirgas 2000/ UTM zone 24S | Organizado pela autora.

Por outro lado, mesmo as regiões centralizadas no loteamento do Bruno Bacelar apresentam uma renda média que se aproxima desse valor, porém ainda não atingem a cota estabelecida. Essa disparidade salarial entre as diferentes localidades reflete em desigualdades socioeconômicas e pode indicar níveis variados de desenvolvimento econômico e acesso a oportunidades de emprego e educação.

Para uma melhor visualização, o gráfico a seguir apresenta a evolução dos parâmetros do salário mínimo nos anos de 2010, 2015, 2020 e 2023, em comparação com a progressão da renda média no Loteamento Bruno Bacelar.

Figura 5: Gráfico da projeção da renda média da população do Bruno Bacelar de 2010 - 2023.



Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Elaborado pela autora.

Observa-se que, apesar das variações nos valores do salário mínimo ao longo do tempo, a renda no loteamento permanece relativamente baixa, e com poucas mudanças em relação à proporção estabelecida. Em média, os moradores do loteamento Bruno Bacelar recebem menos que o valor do salário mínimo mensal. O setor censitário de número 1 representa 14,76% da população do loteamento, enquanto o 2, 3 e 4 representam 23,82%, 27,72% e 33,68% respectivamente.

Ao abordar os problemas ambientais urbanos no Brasil, Ferreira (1989, p. 6) ratifica o que discute Carlos (1994) ao afirmar que “a análise dos problemas ambientais brasileiros não poderá ser desvinculada do modelo econômico adotado, procurando desvendar onde o modelo adotado e a ação política produziram impacto sobre o meio ambiente”. A discussão deve, portanto, partir da premissa que os problemas ditos de ordem ambiental são na verdade de cunho político e econômico.

O problema não está na natureza e sim no modelo de desenvolvimento desigual e contraditório adotado pela sociedade. O referido modelo promove a exclusão de grande parte da população que se vê obrigada a ocupar áreas sem infraestrutura adequada ao mesmo tempo em que equipa áreas para as quais a especulação imobiliária se volta.

8.2. A progressão temporal do Loteamento Bruno Bacelar junto à Unidade de Conservação do Parque Municipal da Serra do Periperi

O Parque Municipal da Serra do Periperi foi subdividido em zonas de acordo com o Plano de Manejo, levando em consideração as características e demandas específicas de cada região. Dessa forma, cada zona deve ser tratada de acordo com suas necessidades individuais. O plano apresenta que:

(...)o zoneamento foi realizado de acordo com as zonas características definidas no artigo 7º do Decreto Federal nº 84.017 de 21 de setembro de 1979. São as seguintes áreas: i) Zona Matriz; ii) Zona de Proteção Específica; iii) Zona de Recuperação; iv) Zona de Uso Conflitante; v) Zona de Uso Especial; vi) Zona Cultural, Turística e de Lazer. (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2019).

O Loteamento Bruno Bacelar se encontra na Zona de Recuperação por ser uma área com fortes sinais de degradação pelo desmatamento antrópico, queimadas, rebaixamento de lençóis freáticos e descarte de resíduos sólidos. Assim se contesta a necessidade do restabelecimento dos recursos naturais.

O Parque Municipal da Serra do Periperi foi criado com o objetivo de conter os avanços do crescimento populacional de uma cidade que se desenvolvia por consequência da urbanização e da industrialização. Assim, os objetivos da zona de recuperação é reduzir as intervenções humanas na área e recuperar a vegetação nativa da unidade de conservação. (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2019).

Dessa forma, como outros bairros e loteamentos em Vitória da Conquista, o Bruno Bacelar teve seu impulsionamento populacional na década de 80. As imagens a seguir demonstram a progressão do loteamento respectivamente.

Figura 6: Área de estudo no ano de 1985.



Fonte: Google Earth, 2024. (reprodução usando a ferramenta de imagens históricas do aplicativo)

A figura 6 acima, representa a área do Loteamento Bruno Bacelar em encontro com a Serra do Periperi no ano de 1985. Nessa época os recursos tecnológicos de imagens de satélite eram limitados, assim, as representações se mostravam desfocadas. Entretanto, é possível notar o início do povoamento da região, com áreas verdes mais evidentes e moradias em alguns pontos. A figura 7 a seguir, retrata a mesma área de estudo capturada no ano de 2003.

Figura 7: Área de estudo no ano de 2003.



Fonte: Google Earth, 2024. (reprodução usando a ferramenta de imagens históricas do aplicativo)

Após o salto temporal, é notório o aumento significativo da densidade referente a ocupação populacional no solo do loteamento. Nessa década já havia sido criado o Parque Municipal da Serra do Periperi com objetivo de conter o avanço populacional e o uso indevido dos recursos da unidade de conservação. Ademais, é possível notar também a falta de estrutura e pavimentação em toda a região de estudo.

No ano de 2006, a Lei de nº 1385/2006 referente ao Plano Diretor Urbano (PDU, 2006) aborda que, devido à proximidade com a Unidade de Conservação - UC, o loteamento foi classificado como uma área de adensamento condicionado. Com isso traz como diretriz

promover a qualificação da área com implantação da infra-estrutura, sistema viário e serviços públicos, em especial a solução de esgotamento sanitário e drenagem.

A próxima figura simboliza a diferença de 10 anos com relação a anterior, e já é possível notar melhorias na infraestrutura, assim como pontuado no PDU.

Figura 8: Área de estudo no ano de 2013



Fonte: Google Earth, 2024. (reprodução usando a ferramenta de imagens históricas do aplicativo)

A partir da imagem do ano de 2013 é possível notar uma maior ocupação de residências na Zona de Amortecimento do Parque da Serra do Periperi. A Zona de Amortecimento ou não pertence ao interior da Unidade de Conservação. Ela se localiza no seu entorno e é estabelecida com a finalidade de filtrar os impactos negativos de atividades externas a ela, tais como: ruídos, poluição, espécies invasoras e avanço da ocupação humana, no caso de Unidades localizadas em áreas fortemente ocupadas (MILLER, 1997).

Segundo o Plano de Manejo do município de Vitória da Conquista, como abordado previamente:

Nessa área, o órgão responsável pela aplicação da Política Municipal de Meio Ambiente fiscalizará as atividades humanas, eliminando ou ao menos mitigando todo e qualquer impacto direto e indireto à PMSP. Por já se tratar de área urbana um grande 79 perímetro do Parque, os esforços se direcionam ao controle da expansão urbana, bem como a evitar a instalação de indústrias ou atividades poluidoras. Já na área rural, deverá ser evitada, salvo em casos especiais, a construção de qualquer tipo de empreendimento ou residência (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2019, p. 78).

A Figura 9 seguinte representa a imagem de satélite mais recente da área de estudo.

Figura 9: Área de estudo no ano de 2023



Fonte: Google Earth, 2024. (reprodução usando a ferramenta de imagens históricas do aplicativo)

A imagem do ano de 2023 do Loteamento Bruno Bacelar mostra que a área chegou em seu pico de ocupação, vindo a indicar um aumento correspondente na geração de resíduos sólidos na região. O incremento da população e das atividades humanas geralmente está associado a um aumento na produção de resíduos, incluindo lixo doméstico, embalagens, resíduos de construção, entre outros. Onde pode criar desafios adicionais para a gestão de resíduos sólidos, incluindo a necessidade de infraestrutura adequada para coleta, tratamento e disposição final desses resíduos. como mostram as imagens a seguir:

Figura 10: Descarte Indevido de Resíduos Sólidos na Margem da Serra do Periperi com o Bruno Bacelar



Fonte: Visita 'in loco' Fotografia da Autora 2024.

Outros tipos de resíduos encontrados próximos ao Parque Municipal da Serra do Periperi, são os resíduos recicláveis oriundo do grande número de catadores de materiais recicláveis que habitam nesta região e encontram nos resíduos sua forma de sustento. Enquanto o material não é repassado para as recicladoras, os profissionais acondicionam e armazenam os resíduos na área do parque.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos na caracterização geoambiental da Serra do Periperi e seu entorno urbano, é possível concluir que o loteamento Bruno Bacelar representa um caso emblemático de urbanização desordenada e suas consequências socioambientais. Desde sua criação na década de 1980, o loteamento tem sido palco de intensa ocupação populacional, caracterizada por baixos padrões de infraestrutura e condições precárias de habitação.

A análise dos dados demográficos revela uma clara segregação socioeconômica e étnico-racial dentro do loteamento, com áreas mais próximas à Serra do Periperi apresentando uma população majoritariamente negra e de baixa renda. Essa disparidade é reflexo de um modelo de desenvolvimento urbano excludente, no qual os grupos mais influentes se apropriam das áreas valorizadas, enquanto as populações de baixa renda são destinadas a espaços marginalizados e carentes de infraestrutura.

Além disso, a progressão temporal do loteamento Bruno Bacelar em relação à Unidade de Conservação do Parque Municipal da Serra do Periperi evidencia os desafios enfrentados na conciliação entre o crescimento urbano e a preservação ambiental. O aumento da densidade populacional e a falta de planejamento adequado resultaram em impactos ambientais significativos, como desmatamento, queimadas e descarte irregular de resíduos sólidos, comprometendo a integridade do ecossistema local.

Desse modo, para mitigar os problemas enfrentados no loteamento Bruno Bacelar e em seu entorno, torna-se indiscutível a necessidade da adoção de medidas integradas que considerem tanto aspectos socioeconômicos quanto ambientais. Uma solução viável seria a implementação de programas de melhoria das condições de infraestrutura e habitação nas áreas mais vulneráveis, tais como, fornecimento de água potável, coleta de lixo e saneamento básico. Além disso, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental devem ser promovidas, visando à recuperação e conservação dos recursos naturais da região.

Por fim, deve-se notar que o envolvimento da comunidade local, por meio de processos participativos e educativos, é essencial para garantir a efetividade dessas medidas e promover uma gestão urbana mais justa e equitativa, capaz de atender às necessidades presentes sem comprometer o bem-estar das futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BENEDICTIS, N. M. S. M. **Política ambiental e desenvolvimento urbano na Serra do Periperi em Vitória da Conquista – BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13535/1/Pol%c3%adicaAmbientalDesenvolvimento_Benedictis_2007.pdf>.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**: Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 18 jan. 2024

CACCIA, L. S.; EVERS, H.; FERNANDES, C. S.; BETTI, L. P. (Org.) **Sustentabilidade em Habitação de Interesse Social: Benefícios e custos de medidas para eficiência no consumo de água e energia**. São Paulo: WRI Brasil, 2017.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982, 447 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Editora do Brasil, 1ª ed, 2007. In: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7688121/mod_resource/content/3/ANA%20FANI%20-%20espa%C3%A7o%20urbano.pdf. Acesso em: 7 jan. 2024.

CARVALHO, C. O. de. **Meio ambiente, propriedade e loteamentos irregulares: impacto ambiental e exclusão espacial**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Santos, Santos, SP, 2004.

CARVALHO, C. e RODRIGUES, R. **O Direito à Cidade**. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 20 Junho 2016.

COELHO, M. C. N.. **Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa**. In: Guerra, A.J.T e Cunha, S.B.(ogs.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORREA. R. L **VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA E EXPANSÃO URBANA RECENTE DE GUARAPUAVA-PR**. 1995. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, [S. l.], 1995.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; SILVA, D. O.. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil**. Conservação da Biodiversidade, Legislação e Políticas Públicas. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303538670_Uma_Analise_sobre_a_Historia_e_a_Situacao_das_Unidades_de_Conservacao_no_Brasil>. Acesso em: 18 jan. 2024

EVARISTO, G. V., CORDEIRO, J., QUINTÃO, O. L., CALAZANS, G. M., & CORDEIRO, J. L. (2016). **Saneamento básico e percepção ambiental: um estudo realizado na comunidade Candidópolis em Itabira, Minas Gerais**. Research, Society and Development, 4(1), 54-61. <https://doi.org/10.17648/rsd-v4i1.28>

FERNANDES, Luis. **Comércio primitivo dos tropeiros e, depois, dos caixeiros viajantes**. Taberna da História, 2010b. In: www.tabernadahistoriavc.blogspot.com\2010. Acesso em: 7 jan. 2024.

FERNANDES, Luis. **80 anos da primeira agência bancária em Vitória da Conquista: (10\03\1930 – 10\03\2010)**. Blog do Paulo Nunes, 2010a. In: www.blogdopaulonunes.com/v3/2010/07/28. Acesso em: 7 jan. 2024.

FERRAZ, A. E. Q. **O Urbano em Construção Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**/ Ana Fani de Quadros Ferraz-Vitória da Conquista: UESB. 2002

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOMES, Ivair; PEREIRA, Filipe Cesar; FERREIRA, Arlon Cândido. **Percepção Ambiental da População Residente no Entorno do Parque Ecológico Municipal da Serra do Lenheiro: Estudo de Caso dos Bairros Senhor dos Montes e Tijuco, município de São João Del-Rei/MG**. Revista Caminhos de Geografia, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2019/VI-037.pdf> Acesso em: 15 dez. 2023

GOMES, M. F. V. B. **Desigualdade socioambiental no espaço urbano de Guarapuava**. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 20, dez. 2010. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/20614>>. Acesso em: 23 out. 2023

GROSTEIN, M. D.. **Metrópole e expansão urbana a persistência de processos “insustentáveis”**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, [S. l.], p. 13-19, 15 jan. 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2024

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos 2022. IBGE, 2022. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2024

KRAN, F., & FERREIRA, F. P. M. (2006). **Life quality in Palmas -To: An analysis through housing and urban environmental indicators**. Ambiente e Sociedade, 9(2), 123–141. <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2006000200007>.

LIMA, V. (2014). **Análise da Qualidade Ambiental Urbana: O Exemplo de Osvaldo Cruz/SP.** Geografia Em Questão, 7(2), 29–46. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/9385>

LIMA, S. M. S. A., LOPES, W. G. R., & FAÇANHA, A. C. (2019). **Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20190037. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180037>

MAIA, M. R. **Sustentabilidade e agricultura familiar em Vitória da Conquista-Ba.** São Cristóvão- SE: UFS, 2012. Tese. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_49815d1e69d9c2da2842d06f5c86f98a

MARICATO, E.. MetrÓpole, legislação e desigualdade. In: METRÓPOLE na periferia do capitalismo. [S. l.: s. n.], 2003.

MEDEIROS, R. H. A. **Aspecto Urbano de Conquista Através da História.** Fifo, Vitória da Conquista, 11 de Outubro de 1978. Ensaio Conquistenses, p. 7-9.

MEDEIROS, Ruy. Olhar sobre a serra do Piripiri. In: MEDEIROS, Ruy. Olhar sobre a serra do Piripiri. [S. l.], 28 maio 2015. Disponível em: <https://www.blogdoanderson.com/2015/05/28/olhar-sobre-a-serra-do-piripiri/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MILLER, K.R. **Evolução do Conceito de Areas de Proteção – Oportunidades para o século XXI.** In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. Anais... UNILIVRE. 1997. v. 1, p. 3 – 21.

NASCIMENTO, W. S. (2012). **O BECO DE VÓ DOLA: TERRITÓRIO NEGRO EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.** Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 3(6), 17–30. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/348>

ORRICO, I. A.. **Mulheres que fizeram história em Conquista.** Feira de Santana: Artes Gráficas, 1982.

PÁDUA, S. **Afinal, qual a diferença entre conservação e preservação?** ((O))eco. 2006. Disponível em: < <https://oeco.org.br/colunas/18246-oeco-15564/> > . Acesso em: 18 jan. 2024

PORTO ALEGRE - PDDUA - PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - Secretaria do Planejamento Municipal .CAPÍTULO I - Da Ocupação e Uso do Solo. Disponível em: <https://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/2c1_3.htm#:~:text=O%20Uso%20e%20Ocupa%C3%A7%C3%A3o%20do>. Acesso em: 7 jan. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA- BA. (1976) Código de Obras do Município de Vitória da Conquista. **LEI N.º 118/1976** Recuperado de: <http://www.pmvc.ba.gov.br/semad/legislacao/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA- BA. (2006). Relatório do Plano Diretor Urbano.(Vol.1.)Recuperado de http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_1385_06_Plano-Diretor-Urbano1.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **LEI No 1.385/2006** O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_1385_06_Plano-Diretor-Urbano1.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **LEI No. 1.385** de 26 de dezembro de 2006. Plano Diretor do Município de Vitória da Conquista. Poder Executivo. Diário Oficial dos Municípios. Salvador, 30 de janeiro de 2007. Ano XCI. No 19.330.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **LEI No. 1.410/2007**. Institui o Código do Meio Ambiente do Município de Vitória da Conquista. Poder Executivo. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Plano de Manejo do Parque da Serra do Periperi**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Plano-de-Manejo-do-Parque-da-Serra-do-Periperi.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ROCHA, A. A. **Análise Socioambiental da Bacia do Rio Verruga os Processos da Urbanização de Vitória da Conquista – BA**. Dissertação de Mestrado, UFPB. 2008. 179 p. Disponível em: http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/altamar_amaral.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1997

SANTOS, I. R. **Medidas para a redução de impactos ambientais gerados pela construção civil**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Escola Politécnica, 2015, 90 p. Projeto de graduação (Monografia) – UFRJ/ POLI/ Engenharia Civil. Disponível em:< <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10014319.pdf> >

SANTOS, Mariluce Ferreira. **Produção do Espaço Urbano e Degradação do Meio Ambiente: Uma Abordagem Sobre o Loteamento Santa Cruz em Vitória da Conquista/BA**. Revista Georaguaiá, v. 11, n. 1, p. 135–151, 2021.In: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8128850>. Acesso em: 7 jan. 2024.

SANTOS, W. O.; FERRAZ, A. E. de Q. **Urbanização e produção do espaço urbano em Vitória da Conquista – BA: novas formas e conteúdos** / Urbanization and production of urban space in Vitória Conquista - BA: new forms and contents. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 1, p. 729–740, 7 jan. 2020.

SILVA, I. S. **A Serra do Periperi e as implicações socioambientais decorrentes da expansão urbana de Vitória da Conquista – BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2013, 170 f.

SILVA, M. O. **Percepção Socioambiental de Visitantes Do Parque Municipal Serra do Periperi no Nordeste Brasileiro**. 2020. Monografia (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, [S. l.], 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgca/wp-content/uploads/2022/03/Maur%C3%ADcio-de-Oliveira.pdf> Acesso em: 12 jan. 2024.

SILVEIRA A. P. **A problemática ambiental e os conflitos na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista – Bahia – Brasil**. 2010. Observatório Geográfico da América Latina. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Procesosambientales/Impactoambiental/06.pdf> Acesso em: 15 jan. 2024

SOUSA, L. O. **O Parque Municipal da Serra do Piripiri: contradições e desafios na relação com a cidade de Vitória da Conquista – BA**. 2022. Disponível em: https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=233¬icia=477609>. Acesso em: 08 fev. 2024.

STAKE, R. The Case study method in social inquiry. *Educational Researcher*, v.7, n. 2, p. 5-9, 1978

Tavares Filho, T. E. (2017). **Educação Ambiental e Qualidade de Vida na Favela**. *Dialógica: Revista Eletrônica Da FACED*, 2(3), 1–16. Disponível em: <https://silo.tips/download/educaao-ambiental-e-qualidade-de-vida-na-favela>

TORRES, T. L. (1859-1896). **O Município da Conquista**. Vitória da Conquista, BA. Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996 (Memória Conquistense n. 2). 150p.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Decreto Nº 9480 de 1999**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/v/vitoria-da-conquista/decreto/1999/948/9480/decreto-n-9480-1999-cria-o-parque-municipal-da-serra-do-periperi-com-os-limites-que-especifica-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

VITÓRIA DA CONQUISTA. LEI N.º 1.410/2007. **Código Municipal do Meio Ambiente**. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/CODIGOMUNICIPAL_MEIOAMBIENTE.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

VITÓRIA DA CONQUISTA; FEP – Fundação Escola Politécnica da Bahia. **Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020**. Estudos do Diagnóstico Físico Ambiental. Salvador: FEP, 2019a. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/PMVC_PDDU_Produto_06_Tomo_II_Volume_I_Diagn%C3%B3stico-Socioeconomico.pdf Acesso em: 12 fev. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.